

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS:

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 17 horas e 22 minutos, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1-A/2020 de 19 de março, e posteriores alterações, reuniu, em Sessão Ordinária, no Salão Ápio Assunção da Sede da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Bernardo Amaro Moreira Simões**, secretariado por **Manuel José Tavares Soares** - Primeiro Secretário e por - **Daniela Patrícia Oliveira da Silva**, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1. Primeiro Período de Intervenção do Público;** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.)
- 2. Informações Gerais;**
- 3. Período de Antes da Ordem do Dia;**
- 4. Ordem do Dia;**
- 5. Segundo Período de Intervenção do Público** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.)

Pontos da Ordem do Dia:

Ponto um: - Aprovação da Ata nº 04 - Sessão da Assembleia Municipal de 29-04-2022 - Aprovação;

Ponto dois: - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;

Ponto três: - Comissão de Acompanhamento da Concessão Relatório Anual - 2021 (I/39322/2022) - Conhecimento;

Ponto quatro: - Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais - Relatório de Acompanhamento e Execução - 2021 (I/37754/2022) - Conhecimento;

Ponto cinco: - III Plano para a Igualdade, Não Discriminação e Responsabilidade Social de Oliveira de Azeméis 2022-2025 (I/38937/2022) - Aprovação;

===== **Ponto seis:** - *Funcionamento da Piscina Municipal de La-Salette - 2022 - Abertura, Horários, Taxas e Isenções (I/31381/2022) - Aprovação;* =====

===== **Ponto sete:** - *Regulamento de funcionamento, cedência e utilização da Sala Polivalente e Áreas Exteriores da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro (I/27190/2022) - Aprovação;*=====

===== **Ponto oito:** - *Contratos Interadministrativos a celebrar com as Freguesias/União de Freguesias do Município - Ano Letivo 2022/2023 (I/38565/2022) - Aprovação de minuta;* ==

===== **Ponto nove:** - *Minuta de Protocolo de Cooperação a celebrar com as IPSS's, Refeições/ AAAF - ano letivo 2022/2023 (I/38525/2022) - Aprovação de minuta;* =====

===== **Ponto dez:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo - construção de passeios na Rua Terras de Santa Maria (I/28252/2022) - Autorização;* =====

===== **Ponto onze:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesia de Nogueira do Cravo e Pindelo - obras de requalificação do parque infantil de Pindelo (I/28260/2022) - Autorização;*=====

===== **Ponto doze:** - *Reconhecimento de interesse público municipal, no âmbito e para os efeitos disposto no Art.º 25º do Decreto-Lei nº 73/2009 de 31 de março - diploma que estabelece o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, com as alterações do Decreto-Lei nº 199/2015 de 16 de setembro - Codil - Costa & Dias, Lda. (I/38082/2022) - Aprovação;* =====

===== **Ponto treze:** - *Aquisição de serviços de auditoria externa e certificação legal de contas municipais (Processo n.º 44/22) - Adjudicação (I/33939/2022) - Aprovação;* =====

===== **Ponto catorze:** - *Aquisição de serviços de transportes escolares em carreiras públicas para ano letivo 2022-2023 (Processo n.º 56/22 - PI/3765/2022) - Repartição de encargos em mais do que um ano económico (I/37043/2022) - Autorização.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **PARTIDO SOCIALISTA (PS):***Bruno Armando Aragão Henriques, Maria Odete Martins Tavares Gomes Roma de Resende, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, João Pedro Santos Costa, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Marisa Lopes de Sousa, Bruno Miguel*

da Silva Costa, João Manuel Oliveira Castro, José Ramos da Silva, Susana Cristina Pinto Azevedo Campos, José Manuel Marques Ribeiro, Constança Correia de Melo, Óscar José Santos Teixeira, Vítor Manuel Cardoso Andrade, António Manuel Leite Marques da Silva, Mário da Silva Leite, Gaspar de Sá Almeida e Manuel Alberto Marques Dias Pereira. =====

===== **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)**: Helga Alexandra Freire Correia, Francisco José Gomes da Silva, António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira, José Fernando Matos Terra, António Ilídio Martins Godinho, Diana Janete da Cunha Semblano, Maritza Gonçalves Valente, António João Cabral Paiva Ferreira dos Santos, Celestino Pereira Santos, Susana Maria Gonçalves Silva, Florbela Neves de Sousa e José Rodrigues dos Santos. =====

===== **PARTIDO POPULAR (CDS-PP)**: António Pinto Moreira. =====

===== **CHEGA (CH)**: Rudolfo Lourenço Ventura Rodrigues. =====

===== **BLOCO DE ESQUERDA (B.E.)**: Alcino da Silva Martins. =====

===== **INDEPENDENTE POR CESAR (IC)**: Augusto Moreira da Silva. =====

===== **JUNTOS PELA NOSSA UNIÃO (JPNU)**: Susana Clara Mortágua Gomes. =====

===== **Ausência de Membros**: Tendo sido justificada a falta do seguinte membro: Márcia Oliveira Gomes (PS). =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: José Ramos da Silva que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Maria João Xará Martins, Susana Cristina Pinto Azevedo Campos que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido José António Domingues Marques Lourenço, Mário da Silva Leite que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães - Simão da Costa Godinho, António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido João Rebelo Martins, José Fernando Matos Terra que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Maria José Ribeiro Calix, António Ilídio Martins Godinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Maritza Gonçalves Valente que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Maria da Graça Marques Casimiro de Almeida, Celestino Pereira Santos que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Ana Rita Gomes Costa e Susana Maria Gonçalves Silva que marcou presença

nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro - José da Silva Queirós, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

===== Estiveram presente por parte do Executivo Municipal: =====

===== Presidente da Câmara: Joaquim Jorge Ferreira; Vereadores: Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Ana Filipa Pinho de Oliveira, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira. =====

*===== O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início à Sessão declarando: =====*

===== Muito boa tarde, Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, membros desta Assembleia, público, imprensa, técnicos da Câmara Municipal. Vamos dar início à nossa Assembleia Municipal de 27 de junho, desta vez, descentralizada, na Freguesia de Pinheiro da Bemposta. Agradecer a amabilidade e acolhimento à Senhora Presidente e aos funcionários que permitiram este simpático momento que acabamos de ter. =====

===== Em virtude de a Senhora Segunda Secretária - Márcia Gomes estar de licença de parto e ter solicitado a sua substituição, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, após a concordância da Assembleia, convidou a Senhora Daniela Patricia para ocupar o lugar vago na Mesa da Assembleia. =====

*===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====*

*===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== Queria informar que recebemos uma mensagem da Comissão Política Concelhia do Partido CHEGA a informar da retirada da confiança política ao seu membro Rudolfo Rodrigues. A Assembleia tomou a devida nota. O deputado Rudolfo Rodrigues informou-nos que tem um parecer em sua posse que lhe permite continuar como deputado do Chega. É um assunto que irá resolver. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado o seguinte voto de louvor: “O desporto, nas suas várias vertentes e modalidades, contém em si próprio as virtualidades da socialização, da competição saudável e da superação pessoal, promovendo, ainda, os valores da equidade, da transparência, do respeito pelo outro, da tolerância e da

cidadania. Estes são, certamente, os ideais que nortearam a atividade do Atlético Clube de Cucujães durante 100 anos, cumpridos no dia 5 de maio. Saúda-se o centenário do Clube, fazendo votos que a sua atividade desportiva e pedagógica junto dos mais jovens continue a honrar o nome da Vila de Cucujães e do seu município.” =====

===== Colocado à votação o voto de louvor apresentado, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Susana Mortágua- Presidente da Junta da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz**, para umas palavras de simpatia e acolhimento à Assembleia. =====*

===== Boa tarde a todos, quero começar por dar um cumprimento muito especial ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Amaro Simões, aos Senhores Secretários; Senhor Presidente da Câmara, engenheiro Joaquim Jorge e Senhores Vereadores, é uma honra ter-vos aqui. Caros Colegas, Presidentes de Junta e membros desta Assembleia, Colegas do meu executivo, Público, Comunicação Social e Técnicos, sejam bem-vindos à União das Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, mais concretamente a Pinheiro da Bemposta. Tive o prazer de receber esta Assembleia Municipal há cerca de 4 anos, em 2018, e hoje voltamos a esta casa, promovendo desta forma uma aproximação à população. E por isso, deixo os meus parabéns ao Senhor Amaro por dar continuidade a esta rotatividade, muito importante para a participação da nossa população. Há 4 anos tive oportunidade de apresentar a minha União das Freguesias, hoje faz todo o sentido fazer mais uma vez essa apresentação, mas confesso que sou agora mais conhecedora e apaixonada pelo meu território, que também é Vosso e pelas suas gentes. Esta União das Freguesias estende-se por uma área de cerca de 32,76km². Corresponde a cerca de um quinto da área de todo o concelho de Oliveira de Azeméis. A maior freguesia em área do nosso concelho, a terceira maior em população. Este imenso território faz fronteira com 4 Concelhos da nossa região, Estarreja, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga e Vale de Cambra. Dentro do nosso concelho fazemos fronteira com as freguesias de Loureiro, Ul, Macinhata da Seixa e Ossela. Dos Covais a Vilarinho de São Luís, os pontos mais distantes da União, são cerca de 10,4km em linha reta (medidos no mapa linearmente). Naturalmente que esta extensão nos causa enormes desafios para a gestão deste território. Temos alguma indústria, temos três pequenas Zonas industriais e pequenos pólos de implantação de microempresas, mas temos empresas com alguma representativa e pujança. Temos um associativismo muito forte. Desde uma Banda de Música com 140 anos, a Banda de Música de Pinheiro da Bemposta que deu um passo muito importante este ano para a criação da sua banda Nova Geração, constituída por alunos da escola de música com idades compreendidas entre os oito e os doze anos, são estes o futuro da Banda. Temos um Clube Desportivo “Futebol Clube Pinharensense”, que ao longo destes cinquenta

e cinco anos, desde a sua fundação, tem tido um papel importante na elevação do nome de Pinheiro da Bemposta no panorama desportivo regional e nacional, reforçado pelo excelente resultado que alcançaram no Campeonato Distrital 2021/2022 da Associação de Futebol de Aveiro, através da subida de divisão para o Campeonato Elite. Aos nossos Clube de Seniores, instituições de solidariedade social, Centro Social e Paroquial de Pinheiro da Bemposta, Polo Multigeracional de Palmaz, Associação de Solidariedade de Travanca, Patronato de Santo António, às nossas escolas e restantes associações que são muitas e fazem um trabalho magnífico a nível social, cultural e desportivo na nossa União. Estamos no rescaldo de um fim-de-semana que eu diria que foi mágico. Realizou-se a Festa das Coletividades em Travanca. Concretizou-se um desígnio que só não foi possível antes devido à pandemia, o da rotatividade deste evento e a sua realização em Travanca. Em 2018, realizou-se na escola EB23 Dr. José Pereira Tavares em Pinheiro da Bemposta, em 2019, em Palmaz junto à capela de Nossa Senhora de Bom Despacho na Mó e neste fim-de-semana decorreu em Travanca, no Parque Teotónio de Almeida. Travanca encheu-se de cor, alegria, arte, música, dança, num fim-de-semana inesquecível para todos. Foram semanas de muito trabalho, luta, e a entrega de todos mereceu a presença de um público que saiu muito satisfeito com a prestação das nossas Coletividades. O espírito de união fez-se sentir este fim-de-semana na União das Freguesias. Foi um fim-de-semana extenuante para todos os que trabalhamos para a realização deste evento, e que representou um novo fôlego para contas das nossas associações que tanto precisam destes eventos para continuarem a desenvolver as suas atividades. Esta União das Freguesias conta também com uma dinâmica cultural distinta. Depois da edição do livro “Da igreja de S. Paio de Figueiredo à igreja paroquial de Pinheiro da Bemposta - Oito séculos de história” da autoria do Arq. Luís Melo Ferreira, que lançamos este ano, brevemente sairá a primeira edição do Boletim do Centro de Estudos de Pinheiro da Bemposta, que divulgará mais sobre a nossa História. Senhor Presidente, Continuemos a apostar como temos feito até aqui nesta União das Freguesias. Conto consigo e a sua equipa, pode também contar com todo o nosso empenho e colaboração. Neste momento, estamos em vias de ver a execução de uma ETAR em Pinheiro da Bemposta e ver a rede de saneamento instalada nesta freguesia, cobrindo 70% de Pinheiro da Bemposta, rede que até agora era quase nula. Mas a este nível ainda há muito trabalho a fazer. Este executivo foi dando passos consistentes nesta matéria no nosso Concelho, mas temos de continuar a trabalhar para chegar a outros pontos desta União das Freguesias, nomeadamente Palmaz. Em Alviães e Bolfeta continuar a estender esta infraestrutura e ligar à ETAR biológica de S. Lourenço beneficiando estes lugares. A instalação da rede de abastecimento de água nos Covais, é também já uma realidade, está quase concluída a ligação e foi uma grande conquista para o lugar. Há muito trabalho ainda por fazer, mas juntos alcançaremos. Desejo a todos uma excelente sessão. Sejam muito bem-vindos. Obrigada. =====

== 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO) ==

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos munícipes António Matias, João Silva, Luzia Nunes, Mário Augusto Sá e Miguel Neves. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Matias**, residente em Oliveira de Azeméis. =====

===== O meu tema, como sempre, é a minha rua. Alguém está mentindo em Portugal. Mas mentindo feio. Dizem que a literacia em Portugal se aproxima da média europeia. É uma grande mentira. E, para provar que é uma mentira, eu convido os senhores a assistirem ao espetáculo que acontece na minha rua. No Portugal antigo chamava-se analfabetismo, agora chama-se literacia. Chamem-lhe analfabeto, chamem-lhe literacia: As pessoas, não sabem ler as placas, não sabem ler a sinalização, não sabem respeitar aquilo que é o direito dos outros. O meu segundo tema é a vacinação: Eu tenho 85 anos. Estou a conviver com um ligeiro AVC (acidente vascular cerebral), arrasto um pouco o meu lado esquerdo. E a minha mulher está em recuperação de uma pequena fratura. E fomos chamados para a 4ª dose da vacinação e comparecemos em Nogueira do Cravo como estava indicado, para minha surpresa que sou oliveirense. Achei estranho. Comparecemos. Mal me aproximei da rua, uma rua curta, eu não conhecia aquele local, nesse curto espaço estava instalado o caos, eram carros a virar, carros a seguir, carros a despejar pessoas. Eu vi esse caos à entrada da rua e consegui parar a cerca de 80 metros do local da vacinação. Primeira surpresa: Uma fila para o guiché, onde tinha duas pessoas, para entregar um questionário e entregar uma ficha. Perguntaram-me a minha identidade e da minha mulher. Aí já tinha fila de espera. Acredito eu que quem organizou esse serviço estava cansado de saber que, não era uma vacinação para crianças, adolescentes ou jovens, era para pessoas de mais de 80 anos. Deram-me uma placa com o número 4. Isto é caricato, não dá para entender. Acredito que vocês duvidar da minha palavra mas, paciência, aqui vai o meu desabafo. Deram-me uma placa, com o número 4, azul, e disseram-me: “agora vá para aquela sala.” Era um local onde deviam estar, não vou mentir, cerca de 20 pessoas à espera. Mas esse local tinha uma particularidade: as cadeiras estavam encostas umas às outras, era um local talvez para 10 pessoas e tinha 20 pessoas ou talvez mais. Eu fiquei de pé e a minha mulher também. Ficamos ali à espera. Com um questionário que não sabia como o devia preencher. Não levei caneta e tinha que assinar. Sabem como é que eu assinei? Na minha palma da mão, pedi uma caneta emprestada a uma pessoa que estava ao lado. E esperei. Tinha a placa nº 4, vi uma pessoa de branco a chamar nº 09, nº 10, nº 11, até que fala nº 14. Não é comigo, eu ainda sei contar e sei as cores. E vejo uma mocinha a vir ter comigo, você tem o nº 4? Você é nº 14. Mas é 4 ou 14? Foi dessa maneira que eu fui atendido. Fui para outro canto à espera que fosse vacinado. Levaram-me para outra sala. E aí fui vacinado. Agora, vá para outra sala (recobro). Aí ficamos novamente de cadeiras encostadas, mas tinha um pouco mais de desafogo. Foi o único local onde alguém nos recebeu com um sorriso. Reparem: Eu ainda consigo fazer a minha reclamação, mas imagino o papel de

outras pessoas de mais de 80 anos. Em Oliveira de Azeméis, eu ainda tinha oportunidade, quando fui vacinado 1ª e 2ª vez, de conviver com antigos colegas da minha geração e quase que até foi um convívio. Mas em Nogueira fiquei surpreso com a quantidade de pessoas com dificuldades piores do que a minha, eu diria que, são 90%. Senhor Presidente, o senhor foi eleito para zelar pelo bem-estar dos seus munícipes. Isto foi um espetáculo deplorável. Eu fui humilhado. Como cidadão, como oliveirenses, eu fui humilhado. Não se faz isto a pessoas, não é a mim, é a qualquer pessoa. Precisamos de ter cuidado com isso. Precisamos de ter cuidado e não estamos a mostrar esse cuidado. O que está a acontecer em Oliveira de Azeméis, a minha cidade, não se compreende. A cidade para nós peões, não dá para andar nesta cidade. Uma coisa que também vi em Nogueira do Cravo, onde está o centro de vacinação, uma rua que não tem mais de 100 metros, tinha duas árvores serradas pelo caule, não dá para a creditar. Acabei de dizer à Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta: Cuidado, os arboricidas já estão em Nogueira do Cravo. Cuidado. Tome cuidado que, eles podem aparecer aqui, qualquer dia. No Correio de Azeméis, na semana anterior a minha vacinação, tinha um artigo: “Centro de vacinação, pontualidade precisa-se”. É uma coisa que nos humilha. Uma pergunta: Ainda conseguimos repetir a palavra humildade? Ainda conseguimos pedir desculpa? Alguém pediu desculpa do que aconteceu a essas pessoas de mais de 80 anos? Alguém pediu desculpa? Eu não sei. Pode ser que sim, pode ser que não. Se não pediram desculpa, realmente, a palavra humildades saiu do dicionário. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **João Silva**, residente em Cucujães. =====*

===== Eu venho fazer uma denúncia de uma barraca que tira a vista da minha casa. É uma denúncia que já tem mais de um ano e estou à espera que a Câmara me diga qualquer coisa. (entregou fotos ao executivo). =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Luzia Nunes**, residente em Palmaz. =====*

===== Boa tarde a todos. Eu venho aqui devido a 4 questões. E uma é a estrada da Rua Soldado Manuel Costa Soares, está uma desgraça, é terra, quase terra. Eu dizer é uma coisa, mas passarem por lá é outra. Essa estrada, se não tiver uma intervenção, no espaço de pouco tempo é intransitável. Outra coisa é a sinalização da freguesia: Está muito mal feita. E em muitos sítios nem tem sinalização. Outra coisa é a dignidade da zona da Igreja. Ao lado da Igreja tem muitas silvas. O Cruzeiro está a cair, é património cultural, e vai cair. E é uma parede que está lá que é uma vergonha para os crentes e não crentes. Se não querem acreditar em mim, vão ver. A Ponte Romana: A Ponte Romana tem austrálias a sair da água, a quem de direito, ir ver para descansar

o coração a alguma gente, se cai é outro património cultural. E são estas quatro coisas que eu queria deixar aqui. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Mário Augusto Sá**, residente em Pinheiro da Bemposta. =====*

===== Ponto um: Em primeiro lugar, queria saber porque é que a Junta de Freguesia não comunicou às pessoas que havia esta Assembleia. Ponto dois: Queria saber também, a respeito do saneamento quando é que vem aqui para a freguesia, a maior parte das pessoas desconhece isso. Ponto três: Desejava que a freguesia tivesse mais limpeza. O centro da freguesia está uma vergonha. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **João Soares**, em representação de **Miguel Santos Neves**, residente em Santiago De Riba-Ul. =====*

===== Quero esclarecer que o Senhor Miguel fez a inscrição, e eu estou em representação do povo de Santiago, sou o João Soares. Enviei um email ao senhor presidente da câmara sobre a ETAR do Salgueiro. O senhor presidente está dentro do assunto e eu não vou dizer nada de especial: É uma vergonha, estes últimos dias, não se pode abrir uma janela. E o senhor presidente sabe o que está a acontecer. Na quarta-feira, fomos fazer uma reclamação e a partir de quarta-feira tudo melhorou. Agora, queremos saber se realmente é para continuar ou se não é para continuar. Se for para continuar? Tudo bem. Agora, se for para voltar ao mesmo? Nós vamos enveredar por outros caminhos. Outra coisa, o senhor presidente sabe que na proximidade abriu um restaurante e eu próprio tenho lá um alojamento local. E nós vamos ter de fechar. É insuportável. E nós vamo-nos revoltar. Até aqui tudo tem sido tudo calminho. Vamos falar com a Engenheira Marta e ela vai ao ponto de dizer que a água sai para a ETAR limpa. Por amor de Deus - a água entra na ETAR limpa? Mas não sai limpa. E o senhor presidente sabe perfeitamente que não sai limpa. Mas não estou aqui para resolver isso, estou aqui para discutir o problema do cheiro. Tem de ser resolvido rapidamente, senhor presidente, porque senão vamos tomar outras medidas. De promessas estamos nós cheios. Vocês incentivam-nos a investir e criar postos de trabalhos, mas depois cortam-nos as pernas. Vamos investir e agora temos que fechar? Na terça-feira da semana passada, à noite, o cheiro era insuportável. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Muito boa tarde a todos e a todas. Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Membros da Assembleia

Municipal, os Senhores Presidentes de Junta; Cumprimentar particularmente a Senhora Presidente de Junta (Susana Mortágua), que nos acolhe, e na sua pessoa toda a população desta União de Freguesia; Cumprimentar os funcionários da autarquia, todos os oliveirenses que nos acompanham a partir de suas casas e naturalmente um todo o público aqui presente. Dando resposta às intervenções a que tivemos oportunidade de assistir, começando pela intervenção do Senhor António Matias: Eu não tenho qualquer problema em pedir desculpa. Portanto, peço-lhe desculpa por tudo o que aconteceu no Centro de Vacinação, peço-lhe desculpa por aquilo que é da minha responsabilidade e também por aquilo que não é da minha responsabilidade. Nós estamos aqui para servir, para servir as pessoas com a dignidade e qualidade. Portanto, é essa, digamos, a razão matriz da nossa ação. Em relação à questão da rua onde mora: Não sei se toda a gente percebeu. Eu julgo que tem a ver com o ordenamento do estacionamento? Não sei se é essa a crítica que está a fazer, se há ali problemas com estacionamento anárquico, depois falo consigo e esclarecerei o que é que pretende. Em relação à questão da vacinação: Não é a câmara que define os planos de vacinação. Não é a câmara que define as regras de vacinação. Não é a câmara que valida os equipamentos onde podem ser administradas as vacinas. Portanto, os equipamentos foram aprovados pela autoridade de saúde local, reúnem as condições de higiene e segurança que são necessárias. Agora, é um facto que, às quintas -feiras, o nosso Centro de vacinação está a funcionar apenas às quintas-feiras, das 09h às 19h, e vacinamos mais de 500 utentes. E estamos a falar de utentes com mais de 80 anos que têm a particularidade de poderem aceder livremente no regime casa aberta para receberem a 2ª dose de reforço. Ou seja, o planeamento é complexo. Acredito que seja complexo. Temos ali uma afluência de pessoas num casos, programada, noutras casos, uma afluência que resulta da disponibilidade das pessoas acederem ao centro de vacinação para poderem tomar a sua vacina. Em relação a todas as questões que elencou, que se prendem com as deficiências/dificuldades de funcionamento do centro de vacinações, Eu próprio vou-me deslocar ao local para me inteirar das condições e farei chegar todas essas reclamações, que tem a ver com o tempo de espera, com o preenchimento de inquérito, com o distanciamento entre cadeiras. Dizer também que o sorriso deve estar sempre presente em quem atende público e dentro desse público um público especial como são os nossos seniores. É evidente que lamento. E gostaria muito que essa atitude por parte dos profissionais que estão no nosso centro de vacinação e que estão em todos os equipamentos públicos, mudasse e tivéssemos efetivamente aqui pessoas que recebem os utentes com um sorriso. Em relação às condições para os peões: Inteiramente de acordo. Nós não temos um território amigo dos peões. Os nossos passeios são passeios muito estreitos, em alguns casos muito irregulares, com muitos obstáculos que impedem a livre circulação das pessoas. Efetivamente é um problema complexo que, aos poucos, se está a tentar resolver. É efetivamente um grande desafio que temos pela frente e que vamos continuamente melhorar. Em relação á intervenção do Senhor João Alves da Silva: Fiquei aqui com a informação sobre esta construção abarracada na Rua da F.I.A.C.. Portanto, vou-me inteirar do processo e depois farei chegar uma resposta. Em relação à intervenção da D. Luzia Nunes, sobre a Rua

Soldado Manuel Costa Soares estar em mau estado. Essa rua foi identificada pela Junta de Freguesia, na reunião que nós fizemos de identificação das prioridades de investimento em termos de requalificação da rede viária. Reunião que fizemos com todos os presidentes de junta. Portanto, fizemos o mapeamento de todas as necessidades de intervenção. Estamos a falar de centenas de ruas. E seria tremendamente injusto eu dizer-vos que é possível atender a todas estas necessidades de um dia para o outro. Não é possível. Há que definir prioridades. E, infelizmente, D. Luzia, temos várias ruas num estado absolutamente lastimável. Estamos a procurar, aos poucos, recuperar a nossa rede viária. Continuamos a ter ainda muitas ruas que nunca souberam o que era asfalto, muitas ruas ainda em terra. Temos ainda, cada vez menos, estradas em paralelo. E esse esforço de recuperação da nossa rede viária é importante para que depois tenhamos um plano de manutenção que permita manter a generalidade das nossas ruas em bom estado de conservação. Mas, naturalmente, tomamos boa nota dessa reclamação. Em relação à sinalização na freguesia. Todos os dias mudamos sinais no concelho. Temos uma equipa que faz isso todos os dias quase que em regime de exclusividade. E, portanto, dizer-lhe: Temos efetivamente também que recuperar a nossa sinalética, seja ela de trânsito, seja ela direcional. E estamos a fazê-lo. Estamos a fazê-lo aos poucos, atualizando-a até. Mas é um esforço enorme. Um esforço financeiro também substancial. Em relação ao silvado na zona da Igreja e em relação ao estado do cruzeiro: vamos fazer a avaliação estrutural do Cruzeiro e perceber se ele efetivamente está em risco, assim como em relação aos infestantes que dizem que pode estar a afetar ao segurança da Ponte Romana. Em relação ao silvado, depois falarei com a senhora presidente da junta, no sentido de procurarmos resolver. Não sei se estamos a falar de terrenos públicos. Não sei estamos a falar de terrenos privados. Se for de terrenos privados temos de cumprir aquilo que está na lei, através das notificações e dos prazos previstos para o efeito. São sempre processos muito morosos. Mas vamos fazê-lo, como fazemos em relação a muitos terrenos que não reúnem condições. Em relação à intervenção do Senhor Mário Augusto Sá: A questão do saneamento na freguesia tem sido amplamente divulgada. Eu acho que é um tema recorrente em quase todas as Assembleias Municipais. É um tema que é muitas vezes abordado nas reuniões de câmara. E é também um tema que sobejamente publicitado nos órgãos de comunicação social. Portanto, julgo que há um conhecimento razoável sobre o que está a acontecer, neste domínio de investimentos da expansão da rede de água e saneamento, em todo o concelho. Neste momento, acho que é do conhecimento das pessoas que as freguesias que estão a ser intervencionadas. Portanto, se há aqui algum défice de informação, nós vamos procurar corrigir e divulgar essa informação nos locais de estilo ou por outros meios, concretamente na freguesia do Pinheiro da Bemposta. Em relação à questão da limpeza na freguesia: Só dizer uma coisa que pode não ser suficiente para o tranquilizar: Reconheço que as nossas juntas de freguesia fazem um esforço hercúleo para procurar manter os seus territórios limpos. Não é fácil. Porque, além da escassez de meios, há muita dificuldade na contratação deste tipo de serviços, há cada vez menos empresas a fazer este tipo de serviços. Mas tem sido feito um esforço, no sentido de melhorarmos a limpeza nas freguesias. Tenho aqui que

sublinhar esse aspeto, porque é um aspeto transversal às freguesias do nosso concelho. Embora, reconheça que é uma tarefa muito difícil. Hoje limpa-se e passado um mês já temos outra vez necessidades de limpar. E não há capacidade financeira para fazer a limpeza com a regularidade que os munícipes merecem. Em relação á intervenção do senhor João Soares / Miguel Neves, sobre a ETAR de Santiago de Riba-Ul: Conheço perfeitamente o que se passa na ETAR de Santiago de Riba-Ul e conheço perfeitamente o que se passa no nosso sistema de tratamento de águas residuais em alta. E o que se passa é uma ausência completa de investimento durante muitas décadas. Portanto, estamos a falar de um sistema obsoleto, não tem capacidade para o tratamento, tem capacidade para tratar águas residuais domésticas, mas recebe também efluentes industriais e, portanto, descompensa com regularidade. E temos a ETAR inativa, esta, e a ETAR de Ossela, muitas vezes. Deixe-me dizer-lhe o seguinte, não quero falta à verdade: O senhor enviou-me um email e eu, julgo que, na hora, lhe respondi. (...) Como compreende, nós não temos competência para intervir nas ETARs. Temos que fazer aquilo que nos compete, que é: alertar a entidade que faz a gestão dessas ETARs no sentido de, por um lado, notificar a empresa que explora as ETARs, a responsável pela exploração das ETARs, que é a empresa Luságua, e depois pedir as amostras (relatórios) que são feitas, no sentido de perceber se a ETAR está a devolver ao meio hídrico os efluentes cumprindo os parâmetros de descarga que a ETAR é obrigada e a empresa é obrigada a cumprir. É evidente que nós sabemos que, com essa particularidade que eu referi da dificuldade desta ETAR, muitas vezes o efluente não é tratado como devia. Sabemos que muitas vezes os poços de decantação não oxigenam suficientemente a matéria orgânica para que ela deixe de contaminar as águas. E sabemos também que não temos nenhum sistema implementado para controlo de odores. Pura e simplesmente, não temos. Nós estamos, neste momento, a acabar o projeto para a lançar um concurso para as duas ETARs. Pois, mas, ouça, o senhor quer soluções imediatas mas elas não existem. (...) Aquilo que eu lhe tenho para transmitir é a verdade. Se o senhor quiser sair daqui satisfeito com um rol de mentiras, eu digo-lhe assim: amanhã o problema está resolvido. O senhor enviou-me aquela comunicação. Como sabe, O senhor sabe que eu conheço o restaurante Sobreiro, também sabe que a pedido do restaurante nós pedimos para alterar as descargas da ETAR, precisamente para não prejudicar o funcionamento do restaurante. Estamos a procurar fazer tudo o que está ao nosso alcance, para resolver o problema definitivamente. (Quando?) Logo que seja lançado o concurso público internacional para a requalificação das duas ETARs e para gestão de exploração das duas ETARs. (...). Quando o senhor me enviou o email eu respondi-lhe passados poucos minutos. E fiz aqui que me competia fazer, com toda a seriedade. Se este investimento vai acontecer nas nossas ETARs, resulta muito do trabalho que estamos a fazer com os outros colegas presidentes de câmara a quem este problema não atinge porque todas as águas residuais que produzem nos seus territórios são enviadas para tratamento no município de Oliveira de Azeméis. Este trabalho resulta de muita persistência. Estamos a falar de investimentos muito avultados que serão suportados pelos municípios se não existirem fundos comunitários para o efeito. Mas o que é um

facto é que está acordado entre os municípios os investimentos que se vão fazer. Seja com financiamento dos orçamentos municipais. Seja através de um empréstimo a que recorramos. Seja através das candidaturas a fundos comunitários. Estamos a procurar incluir no Portugal 2030 ou, então, ainda, no Plano de Recuperação e Resiliência. Aquilo que tenho para lhe dizer é o seguinte: Esse problema é um problema que me preocupa. Preocupa-me, como é evidente, porque todos os dias trabalho para atrair investimento para o nosso território, trabalho para fixar pessoas no nosso território. E não quero que existam condições, como essa que referiu, que prejudicam gravemente os negócios das pessoas e prejudicam gravemente a vida das pessoas. Portanto, vamos trabalhar para resolver. Eu espero que um dia o senhor tenha a oportunidade de vir ter comigo e dizer que efetivamente o problema está resolvido. Repare: Quando nós chegamos ao município de Oliveira de Azeméis, há 4 anos e meio atrás, com uma taxa de tratamento de 25% e vamos chegar, provavelmente, ao final de este ano, com cerca de 65%: Eu acho que evidencia, claramente, o respeito e a consideração, a atenção que damos à gravidade deste problema. Portanto, o senhor dizer que: nós não somos diferentes, que não queremos saber do assunto; obviamente que é uma declaração, que eu respeito. Mas que não corresponde, felizmente, à verdade. =====

===== PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 21º DO REGIMENTO) =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Helga Correia, Rui Rocha, António João Santos, Augusto Moreira, Bruno Aragão, Maritza Valente, José Terra, João Costa e Francisco Silva. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Muito boa tarde a todos. Cumprimentar na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Bernardo Amaro Simões, todos os presentes, mas também aqueles que assistem a esta Assembleia Municipal pela AzeméisTV e FM. Um cumprimento especial à Senhora Presidente da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz por nos receber tão bem, aqui, na sua Freguesia. Mas permitam-me que a minha primeira palavra seja para parabenizar os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis que festejaram no passado dia 24 de junho o seu 116º Aniversário ao serviço da população oliveirense. OS Bombeiros são um pilar fundamental no nosso sistema de proteção e socorro do concelho de Oliveira de Azeméis. O corpo Voluntário de Bombeiros de Oliveira de Azeméis e a sua direção são compostos por pessoas de

forma abnegada, resiliente que se encarregam há 116 anos à missão de salvaguardar e proteger os outros. Em nome do Grupo Municipal do PSD, um bem-haja a todos pela vossa dedicação e entrega a Oliveira de Azeméis. Senhor Presidente, não podia deixar de iniciar esta minha intervenção sem falar neste grito de guerra que assistimos hoje aqui nesta Assembleia Municipal, a questão ETAR do Salgueiro: Todos nós conhecemos. Tem anos. Dizer que acho que é importante assinalar aqui que, em 2018, houve um contrato assinado para que nos sete anos seguintes houvesse um investimento de 9 milhões de euros, que não se concretizou. Por isso, este investimento internacional que o Senhor Presidente fala de dezasseis milhões de euros, ou mais, era importante que avançasse, no sentido de responder aos anseios desta população. Este grito de guerra, destes dois investidores do lugar do Salgueiro, acaba por ser um grito de guerra de toda aquela população que vive naquela zona. É impossível, como eles dizem, viver com aquele cheiro, principalmente quando regressam dos seus trabalhos a casa. O Senhor Presidente conhece, eu conheço que sou oriunda da freguesia de Santiago, isto tem demasiados anos. E acho que esta expectativa criada em 2018, chegados a 2022 - eu sei que é difícil, há concursos que têm que avançar, mas aquilo que eu lhe peço Senhor Presidente, é que sensibilize a Associação dos Municípios de Terras de Santa Maria e todos aqueles concelhos que acabam por encaminhar para o nosso concelho as águas residuais para o seu tratamento, no sentido de encontrarmos rapidamente uma solução para dar resposta a estes investidores e a esta população. O Senhor Presidente diz que está a ser levada a bom porto. Assim seja. Dito isto, trago outras questões e uma delas diz respeito à empreitada de reabilitação da Linha do Vouga. Uma obra também almejada pelos oliveirenses. Está no terreno. Um investimento de 2.65 milhões de euros e que, segundo as Infraestruturas de Portugal, a empreitada contempla a substituição integral de carris, travessas e fixações, balastragem da via e ataque mecânico pesado e a automatização de passagens de nível. [projeção de slides] Eu trouxe uma fotografia para demonstrar aquilo que está a ser feito na linha do Vouga, isto foi às duas da manhã da passada sexta-feira, em Santiago Riba-Ul, na passagem de nível que liga o Lugar da Igreja à Zona Industrial de Oliveira de Azeméis. Neste momento, uma passagem de nível tem uma afluência brutal com o encerramento da via junto ao Pingo Doce. É uma passagem de nível que não tem guardas. É uma passagem que carece de ter automatização. E a pergunta é, muito clara, Senhor Presidente, se o município de Oliveira de Azeméis tem conhecimento das passagens de nível que vão ser automatizadas no nosso concelho, dado que a obra está neste momento no terreno e está a andar com alguma velocidade? E pelo que me apercebo, no local, moro a meia dúzia de metros do local, já foi substituída sinalização por uma sinalização nova e pintada, mas não vemos eletrificação para a cancela da passagem de nível. O Senhor Presidente vai-me dizer: Mas no passado era para ser fechada. Ok, Senhor Presidente. Nós estamos no presente e precisamos de uma solução para aquela passagem de nível de forma a não encerrar para permitir que toda a gente que vem de Madaíl, de Cucujães, consiga ter um acesso mais rápido à zona Industrial. E pedir-lhe, se o município tem conhecimento das passagens de nível que vão ser automatizados, para fazer chegar aos grupos municipais. Uma

última questão, relativamente à desagregação das freguesias. Hoje estamos na União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz. Estivemos há relativamente há pouco tempo, estive com o deputado Bruno Aragão, num debate aqui nesta freguesia; Sabemos qual é o anseio de algumas populações; Temos já uma lei que foi aprovada no sentido de criar um regime excepcional para criação e desagregação das freguesias. O Senhor Presidente vai-me dizer que o debate já foi encetado junto dos presidentes de Junta. Aquilo que nos chega e que me chegou de informação dos nossos presidentes de junta, é que: ainda não têm o diálogo necessário para conseguirem perceber até que ponto é que pode ser feita a desagregação das freguesias ou não. A pergunta que se coloca é, Senhor Presidente: Houve uma reunião, vão haver mais reuniões? Estamos a cinco meses deste período excepcional terminar, para a desagregação num regime especial. E era importante, uma vez que, no passado, se disse que não houve o diálogo e a discussão necessário - era importante perceber qual é o diálogo que está neste momento a ser feito no município de Oliveira de Azeméis. Muito obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Rui Rocha**, do PS. =====*

===== Muito boa tarde. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões. Como Pinharenses, há mais de 40 anos, não poderia antes de qualquer outra questão deixar de manifestar a minha enorme satisfação pela realização desta sessão da Assembleia Municipal na União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz. Como diria um dos meus companheiros de trabalho numa das instituições da união de freguesias, “a Vossa presença é a nossa alegria”. Esta descentralização das nossas reuniões fomenta a proximidade deste órgão com as populações e permite uma maior facilidade na partilha de sugestões daqueles que realmente sentem os problemas de perto. A nossa união de freguesias, tal como o nosso concelho, tem uma parte considerável da sua área ocupada por zonas florestais, o que nos traz uma preocupação acrescida nesta altura do ano. Estamos prestes a iniciar o “período crítico” no âmbito da Segurança e Defesa da Floresta Contra Incêndio, que vigora por lei, de 1 de julho a 30 de setembro. Segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, no final do passado mês de maio, 97,1% do território de Portugal continental estava em seca severa, salientando que se verificou uma diminuição significativa dos valores de percentagem de água no solo em todo o território. Fácil será depreender que, com menos água no solo, mais secos estarão os materiais combustíveis e mais fácil será a propagação de um incêndio. Senhor Presidente, o município conseguiu assegurar a limpeza das faixas de gestão de combustível nos espaços de sua responsabilidade? O município promoveu ações de sensibilização e apoiou os proprietários para que os mesmos cumprissem a lei e procedessem à limpeza dos seus terrenos? Como sabemos é da responsabilidade da GNR a fiscalização da execução da limpeza das faixas de gestão de combustível. Houve, Senhor Presidente, algum tipo de comunicação desta

entidade à Câmara Municipal por incumprimento desta tarefa? Se houve, de que forma agiu o município? Tal como referi, na assembleia municipal do passado mês de fevereiro, todos constatamos a construção de um conjunto sólido de meios humanos e materiais no que concerne à Proteção Civil Municipal. Está este conjunto preparado para o período crítico que se avizinha? Todos somos importantes neste processo, mas naturalmente pelo seu conhecimento de causa e formação, as corporações de bombeiros são vitais para que os incidentes decorridos durante este período sejam debelados sem consequências de maior. Aproveito então, para parabenizar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis que, esta semana, comemorou os 116 anos da sua fundação. O seu esforço será certamente uma enorme salvaguarda de segurança. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António João**, do PSD. =====*

===== Senhor Presidente da Assembleia, Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros presidentes de junta, restante público, comunicação social. A questão que trago hoje aqui, Senhor Presidente, tem a ver com as obras da Sequeira Monterroso. Pretendia que o Senhor Presidente nos elucidasse, relativamente a todo este impasse que aconteceu, se existiram eventuais alterações contratuais à empreitada, nomeadamente em termos de preço e prazos? E solicitava que nos pudessem fazer chegar essa documentação de suporte, bem como a documentação que já tinha sido anteriormente solicitada. Não sei, se terá havido alteração ao projeto, se terá havido alguma coisa que seja de relevância em termos de custos. E qual é novo prazo de término desta empreitada? Obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Augusto Moreira**, Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. =====*

===== Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados Municipais, Caros colegas Presidentes de Junta, público aqui presente e quem nos acompanha lá em casa, muito boa tarde. O assunto que me trás aqui hoje é a realização do Mundialito de Cesar 2022. Decorreu no fim-de-semana passado, em Cesar, o Mundialito de Cesar 2022, dias 24, 25 e 26. Este ano em três locais diferentes: Cesar, Carregosa e Nogueira do Cravo. Dar-lhes conta de que participaram 100 equipas, cerca de 1500 atletas, e estiveram nas bancadas cerca de 7500 pessoas a assistir. Venho aqui para agradecer ao Futebol Clube Cesarense por mais esta grande realização. Uma palavra de apreço para os pais e dirigentes das equipas que depositaram mais uma vez confiança no Futebol Clube Cesarense. Muito obrigado aos 100 voluntários, que sem eles não seria possível

tamanha tarefa. E deixar também uma palavra de agradecimento à Câmara Municipal por ter apoiado este evento. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Começando pela intervenção da Senhora Deputada Helga Correia: Em relação ao saneamento, em 2018, não estavam previstos 9 milhões de euros de investimento, estavam previstos 4 milhões de euros. E os investimentos previstos nas ETARS eram meros paliativos, era um parafuso de Arquimedes, substituição de condutas de escoamento, pouco mais do que isso. A maior parte do investimento que estava previsto era investimento na substituição de alguns coletores, que eram ainda em grés, e onde tínhamos um conjunto grave de infiltrações, tínhamos e temos ainda, porque os coletores não foram requalificados. Portanto, a maior parte desses 9 milhões de euros a que se refere era para restante exploração das ETARS e não para obras de requalificação das ETARS, conforme afirmou. Não vou aqui discutir o que é que estava previsto nesses 9 milhões de euros. Não vou aqui discutir o que é que estava previsto em termos de atualização de tarifário com esse investimento, nem vou discutir a qualidade desse projeto que teve que ser abandonado por ser manifestamente inexecutável. Aliás, neste momento estamos a fazer um acordo de revogação transacional, no sentido de resolver este problema para aí sim fazermos o investimento que as duas ETARS precisam e não as alterações cosméticas que estavam previstas. Dizer para nós sensibilizarmos a Associação de Municípios Terras de Santa Maria para isto, não deixa de ser irónico, como é evidente. Porque é isso que se faz permanentemente. E por isso é que nós estamos na iminência de, pela primeira vez, depois que as ETARS foram construídas, termos um investimento substancial de requalificação das duas ETARS para resolver este problema, que este senhor na intervenção público aqui fez, e para tornarmos os nossos recursos hídricos banháveis e podermos aproveitarmos esses recursos e os potenciarmos turisticamente. Nessa perspetiva, eu lembro só aquilo que foi o legado, a oportunidade que existiu ao longo dos anos para construirmos rede de água e saneamento e, o legado que todos nós herdamos, o grave problema de saúde pública que nós temos, o prejuízo ambiental desta situação que nós encontramos e, também, conforme tivemos oportunidade de ouvir nessa intervenção, o prejuízo que isso trás para a competitividade do nosso território através destes investimentos que naturalmente as pessoas pretendem fazer mas que são muito afetados por estas dificuldades que nós sentimos ainda hoje e que muitos municípios já têm há muitos anos resolvidos porque fizeram aquilo que lhes competia. Em relação à Linha do Vale do Vouga: Respondemos muito recentemente à identificação. Estamos a falar de apeadeiros que vêm desde o início da construção da linha férrea, desde 1908. Portanto, alguns deles completamente ultrapassados pelas dinâmicas económicas e sociais. Todos os apeadeiros, todas as passagens de nível, as próprias estações, vão ser todas consideradas, vão ser todas discutidas e, obviamente que, vamos ter a automatização integral das

passagens de nível. Até porque o esforço de investimento que se vai fazer para tornar a Linha do Vale do Vouga numa resposta moderna de mobilidade é incompatível com o que assistimos hoje nas nossas passagens de nível. Este investimento que está a falar de 2.65 milhões de euros, não é o investimento da Linha do Vale do Vouga que todos pretendemos. Estamos a falar de meras operações de manutenção e conservação. O investimento que nós estamos a falar é um investimento que está contemplado no Plano Nacional de Investimentos 2030 com 75 milhões de euros, mas é uma verba claramente insuficiente. Porque essa verba que nós conseguimos inscrever, (municípios servidos pela Linha do Vale do Vouga no percurso Oliveira de Azeméis/Espinho), acaba por ser ultrapassada quando o Senhor Ministro entendeu incluir também o troço de Aveiro a Oliveira de Azeméis. Estamos a falar de necessidades de investimento completamente diferentes. As questões de bitola métrica/bitola ibérica, estão ultrapassadas. Já se percebeu que a linha vai ficar com a mesma bitola, vamos ter mesmo canal ferroviário. É muito difícil fazer alterações que permitissem transformar esta linha numa bitola diferente. Mas aquilo que esperamos é que o investimento na Linha do Vale do Vouga seja uma realidade. A nossa preocupação não é essa passagem de nível, não é aquele apeadeiro. Teremos a oportunidade de ter um projeto de execução que vai definir com todo o rigor e naturalmente, vai fazer uma avaliação de todas as necessidades dos diferentes territórios servidos pela linha. Aquilo que vamos procurar fazer é criar um conjunto de pontos de paragem que sirvam as populações, seja em zonas industriais, seja em locais de outra natureza. Mas, claro que, a sua definição vai obrigar a que alguns dos pontos sejam reposicionados. Aliás, os municípios foram instados a renunciar-se muito recentemente sobre aquilo que entendiam que deveriam ser as estações no seu território, os apeadeiros no seu território. Portanto, para nós, o que é importante é que tenhamos a oportunidade de passar para o projeto de execução, para que todas essas questões que são pertinentes sejam aí devidamente equacionadas. Eu não tenho dúvidas que é isso que vai acontecer. Em relação ao processo de desagregação de freguesias: Dizer-lhe que, a minha posição, é muito simples nesse domínio, é pugnar pela defesa dos interesses da população e do território. E ser um contribuinte ativo para que se promova uma discussão serena, ponderada, responsável, onde aquilo que é o ruído inócuo que muitas vezes se produz não se sobreponha à reflexão profunda que envolva a população e que uma discussão com esta importância deve ter. Eu gostava de sublinhar aqui, muito recentemente vi declarações do presidente da concelhia do seu partido que criticava os presidentes de União de Freguesia a dizendo: que eles estavam impávidos e serenos a assistir a este processo sem tornarem públicas a suas posições. Não é verdade isso. Aliás, nessa mesma comunicação (17 de maio, órgão de comunicação local), diz que: o presidente de câmara vai reunir um dia destes com os presidentes de junta, quando nesse mesmo órgão de comunicação social, na edição, da semana imediatamente anterior, 10 de maio, tínhamos, na página 6, um título enorme que falava sobre o processo de agregação de freguesias - já estava em curso, já se tinha iniciado o diálogo - era mais ou menos este o título do jornal. E nesse mesmo artigo, era dito que: em 21 de abril, na Freguesia de Cesar, o Presidente de Câmara (Executivo Camarário) já tinha reunido com os presidentes de junta de freguesia para falarmos profundamente sobre esta

questão. O processo está em curso. Estamos, naturalmente, a desafiar os senhores presidentes de junta de freguesia para promover a discussão, intensa, envolvendo naturalmente as forças vivas da freguesia, envolvendo a população. Não entendemos que esta discussão se deva fazer apenas nas uniões de freguesia, mas em todas as freguesias do nosso concelho, para que nós tenhamos uma reorganização do território que favoreça o desenvolvimento desse território. Portanto, nós sabemos bem de quem é a responsabilidade da reorganização administrativa que temos hoje. O mapa territorial que temos hoje, só tem um responsável. E sabemos todos identificar quem é esse responsável. E sabemos identifica-lo no país. Com a uma reforma completamente apressada. Com uma reforma que não ouviu ninguém. Com uma forma que não foi precedida de um estudo sério sobre as consequências da sua implementação. E sabemos também quem é que assistiu, aliás, eu ia dizer: impávido e sereno, a fingir-se de morto no nosso concelho, em relação a este processo. Não decidindo coisa rigorosamente nenhuma e deixando que outros a centenas de quilómetros de distância decidissem por nós a reorganização a administrativa que temos hoje no nosso território. Portanto, nessa matéria, eu julgo que estamos falados. Eu julgo que o que é importante é que esta discussão se faça de forma séria, de forma responsável, sem nenhum tipo de receios, de forma descomprometida porque é de facto muito importante e está muita coisa em causa. Não devemos alimentar polémicas em torno desta questão. Todos são importantes para a sua discussão, todos estão convocados a participar, todos têm contributos para dar. Isto não é exclusivo para ninguém. Não é exclusivo de nenhuma força partidária. Isto é um assunto muito sério que tem a ver com o nosso futuro e deve ser precisamente nessa perspetiva que deve ser equacionado. Espero que nós tenhamos oportunidade de produzir, nos próximos meses, essa discussão, essa reflexão. E que os resultados dessa discussão, dessa reflexão sejam resultados que permitam que os interesses da população sejam acolhidos. Porque, não há dúvida nenhuma, julgo que, se perguntar a todos presidentes de junta, a resposta vai ser a mesma. Se algum deles vai contra aquilo que for a vontade da população? Eu estou convencido que nenhum deles irá contra a vontade da população. Portanto, acolheremos aquilo que as pessoas quiserem que o nosso território seja. E faz todo o sentido que o processo seja feito dessa maneira. Claro que, a nossa obrigação é dar contributos para essa reflexão. O Senhor Vereador que tem a responsabilidade das freguesias vai enviar um email às juntas de freguesia para, mais uma vez, pedirmos uma discussão profunda. Temos aqui deputados que já participaram nessa discussão, com certeza estarão também disponíveis, para, a convite dessas freguesias, contribuírem para o aprofundamento dessa reflexão. E naturalmente, há muitas entidades que podemos convocar para essa discussão. Porque, naturalmente, será em resultado de todos esses contributos que nós teremos a melhor solução. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Rui Jorge: Se o município limpa e cumpre a lei? O município faz por isso. É uma tarefa hercúlea, como sabe. Nós temos um plano de intervenção anual nas faixas de gestão de combustível. Até ao final do mês de maio tínhamos cerca de 47.5 hectares limpos. Mas ainda há muito trabalho para fazer. Mas temos procurado cumprir aquilo que é o plano que nós anualmente definimos. O trabalho não se resume só às limpezas das faixas de gestão do combustível. A nossa preocupação

também são os pontos de água. Nós temos nove pontos de água operacionais e, portanto, é necessário mantê-los em funcionamento, porque eles são imprescindíveis para o combate a incêndios. Estamos a fazer também um outro trabalho que é importante, que é implementar uma rede de tanques, pontos de água, açudes, uma rede georreferenciada, que naturalmente tem que ser depois cuidado, no sentido de que tenhamos também outras respostas adicionais, quer com água potável, quer com água para combate, disponíveis para os nossos bombeiros. Para além disso, nós estamos neste momento nas freguesias de Cesar, Carregosa e Fajões a identificar um conjunto de prioridades, que tem a ver com o reperfilamento de caminhos, com a manutenção de transitabilidade nesses caminhos, desmatação mecânica e manual. É um trabalho que fazemos com regularidade, assim como criamos drenos, aquedutos, para condução das águas. Porque essas águas danificam constantemente esses esses caminhos. Estamos também com o Programa “Aldeia Segura”. Julgo que esta semana vamos ter uma reunião com a presidente da União de Freguesias Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, para fazermos uma atualização desse programa, no sentido de fazermos um levantamento, por um lado, da realidade demográfica que temos nesse território, por outro lado, identificarmos até os animais de companhia. Portanto, vamos fazer esse trabalho. Vamos também procurar ver se a sinalética que existe está bem cuidada. Vamos fazer uma listagem dos habitantes que têm mobilidade reduzida, para sabermos como atuar. Enfim, um trabalho que depois vamos procurar, com o Senhor Presidente de Junta de Ossela, no lugar de Bustelo do Caima, tentar ter também este Projeto “Aldeia Segura”. O trabalho da Proteção Civil é vasto. Temos agora um evento, que também está a ser trabalhado o plano de segurança, que é a Noite Branca. Mas estamos também a trabalhar no plano de segurança para as festas de La-Salette. Em relação às ações de sensibilização aos proprietários: Sim, elas são frequentes, temos também um plano de ações de sensibilização que implementamos. Portanto, fazemo-lo, quer nas freguesias, quer através dos meios de comunicação que temos ao dispor. Quando há incumprimento dos proprietários, a GNRT comunica? Claro que sim. E depois são instaurados processos de contraordenação ou então, como acontece todos anos, substituímo-nos aos proprietários nessas limpezas e depois tentamos imputar-lhes os custos dessa operação. Se o serviço Municipal de Proteção Civil está preparado para o que se avizinha? A minha tentação é dizer que, sim. Eu não sei que período se avizinha. Nós temos de ser prudentes nestas coisas. Temos um serviço Municipal de Proteção Civil competente, robusto. Hoje já tivemos aqui oportunidade de ver vários deputados a falar sobre as nossas corporações de bombeiros. E, conforme eu sempre disse, é neles, neste território e o nos outros, que se suporta muita da nossa capacidade de resposta que nós temos no domínio da Proteção Civil. Portanto, a preocupação em articularmos com eles a disponibilidade de meios na criação de sinergias que temos no nosso concelho, mas também na nossa região é absolutamente determinante. Estamos a fazer um trabalho de aprofundamento. Aliás, tive oportunidade de ter com os senhores presidentes da direção conversas muito recentemente sobre a necessidade de fazermos investimentos nos meios que eles reclamam. É frequente nas festas de aniversário vermos os presidentes reclamarem os meios mais urgentes, os meios que as populações mais precisam, para

poderem prestar proteção e socorro à população. Em relação à intervenção do Senhor deputado António Santos, sobre a Casa Sequeira Monterroso: Sim, vão haver alterações contratuais à empreitada. Vão haver alterações de preço porque, há alterações contratuais, quando estamos a falar de trabalhos de natureza diferente obrigam a alterações de preço. Para nós, o que é importante é que a obra esteja em curso. Porque é uma obra apoiada por fundos comunitários e, corremos o risco de os perder, se não cumprirmos. Isso para nós é que é determinante. Estamos a fazer um Fórum Municipal, onde vamos procurar albergar uma parte substancial dos serviços da autarquia, concentrá-los, e dar melhores condições de atendimento aos munícipes e melhores condições de trabalho aos colaboradores da autarquia. Tivemos várias questões que tiveram a ver com a tipologia dos muros, muros de paredes moldada, muros de paredes de Berlim, muros de betão convencional, portanto, foram feitas várias alterações aos projetos, no sentido de percebermos, em função daquilo que o estudo geotécnico nos disse, aquilo que era passível de ser executado no local. Definida a solução. Definidos os custos da solução. A obra entrou de novo em funcionamento. Depois faça-lhe chegar toda essa informação. Em relação à intervenção do Senhor Augusto Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Cesar: Obviamente que ficamos muito satisfeitos pelo sucesso do Mundialito de Cesar. É uma grande festa em Cesar, mas também uma grande festa desportiva do nosso concelho. E é naturalmente com grande regozijo que vemos o Mundialito de Cesar regressar e a envolver tanta gente, a envolver uma organização tão complexa. Felizmente correu bem. Parabéns à Direção do Futebol Clube Cesarense. Parabéns à Junta de Freguesia. E parabéns a todos os cesarenses e a todos aqueles, à própria Câmara Municipal, que ajudam como podem para que este evento seja um sucesso. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Senhor Presidente, nós estamos aqui para esclarecer algumas situações e também para ser esclarecidos. Senhor Presidente, quando falo num investimento de 9 milhões, falo no site da Câmara Municipal que diz: “um investimento de 9.5 milhões de euros nos emissários da ETAR em Oliveira de Azeméis, emissários que incluem a requalificação das duas ETARS. Isto não avançou para a frente, está desde 2018, certo? Era a isto que eu me estava a referir, para que fique esclarecido. E quando eu digo: sensibilizar, - Eu sei que o Senhor Presidente o faz, mas, acho que devemos, enquanto Assembleia Municipal, reforçar isso e o Senhor Presidente junto da Associação de Municípios também o deve reforçar. Depois, relativamente á Linha do Vouga, Senhor Presidente, deixe-me ver se percebi bem: Então, deste valor de 2.65 milhões - Eu sei que não é requalificação da Linha do Vouga na totalidade, porque acompanho essa matéria há alguns anos. Todas as passagens de nível existentes no concelho de Oliveira de Azeméis vão ser eletrificadas? Posso depreender da sua intervenção isso? Ou percebi mal? Relativamente à reorganização e agregação de freguesias: Senhor Presidente, eu sei o que aconteceu no tempo do

Partido Social Democrata. Quanto a isso não temos dúvidas. Agora, é importante perceber como é que aconteceu a reorganização/agregação de freguesias em 2013. Resulta de um memorando de entendimento da Troika assinado pelo Partido Socialista, neste caso, pelo Senhor engenheiro José Sócrates. E se formos ver o que dizia: era que existem atualmente 308 municípios, 4259 freguesias, até julho de 2012 o Governo desenvolverá um plano de consolidação para haver reorganização e reduzir significativamente essas freguesias. E estariam para ser muitas mais do que aquelas que foram. E manda a verdade dizer que, na altura, perspetivava-se um caos que na verdade não aconteceu. Agora, é dada à população a possibilidade de se reverter, no caso de não concordarem com a reforma efetuada em 2013. Pergunta se esta forma foi perfeita? Estaria a fazer demagogia, se eu disse que foi. Não foi. Agora, em 2022, há a possibilidade de nós corrigirmos se entendermos, se entenderem os Senhores Presidentes de Junta, e se entender a população. Nós, Partido Social Democrata, somos muito claros quanto a isso: reconhecemos que faz parte do ADN das autarquias locais fazer mais e melhor. E achamos que isso está na mão das populações. Existe uma ferramenta. Essa ferramenta pode, ou não, ser usada pelos presidentes de junta. Cabe-lhes a eles e à população decidir. Agora, importa também estar elucidados para isso. Não quero com isso dizer, que devemos fazer ruído, como o Senhor Presidente muitas vezes acusa quando trazemos alguma coisa à Assembleia Municipal. É simplesmente perceber se o estamos a fazer ou não. Porque estamos a cinco meses e muito ou pouco se tem falado, exceto aqueles debates promovidos pela AzeméisTV. E era isso que é precisão perceber Senhor. Presidente. Obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa. E cumprimento, naturalmente, de uma forma especial a Senhora Presidente desta União de Freguesias, que também é a minha, apesar de me sentir em casa nas freguesias todas, aqui sinto-me de uma forma particular. Eu, Senhor Presidente, não tinha intenção de falar no período de antes da ordem do dia, mas há questões que ultrapassam até a forma como pensamos estas matérias políticas. E o caso da reorganização administrativa é uma delas. Não é por causa desta reorganização administrativa. É pelo impacto que isso tem no território e na forma como o desenvolvemos. E quando nós dizemos e insistimos na ideia de que a reorganização administrativa não deve, não deve mesmo, ter nada de político é exatamente, Senhora Deputada, por causa desse tipo de intervenções. É exatamente pelo esforço que o Partido Social Democrata tem feito nos últimos meses para tornar esta questão mesmo uma questão política. Por uma coisa muito simples: querem promover discussão? Devem promover. Não exijam aos outros essa discussão, sabendo que eles a estão a fazer. Por uma coisa muito simples: porque os senhores também ainda não disseram ao que vêm, que posição têm, o que é que defendem. Poderemos depreender da sua intervenção que,

se calhar, o número de freguesias que agregamos foi pouco em 2013. Mas isso também não é relevante, por uma coisa muito simples: sabemos o que aconteceu em 2013. E o que lá vai, lá vai. Sabemos o que pode acontecer em 2022, mas também sabemos quem foi o partido que propôs e fez aprovar uma lei que permite agora que possamos discutir esta questão, foi o Partido Socialista. Como era aliás o seu compromisso eleitoral em 2015. Mas permite mais, essa é a principal diferença e eu insisto nesta questão: não é só uma reversão possível dentro de determinados critérios da agregação que se fez em 2013 é muito mais que isso. E essa é que é a novidade deste processo. Não se esgota no final deste ano, porque a lei que está em vigor é uma lei que nos permite a todo o momento continuar a reorganizar e a pensar o nosso território. Portanto, não há fatalismo nenhum, neste momento. O que há é uma necessidade de nós próprios pensarmos sobre o território. E pensar significa uma coisa simples, não gerar pressão sem que ela se justifique. E é isso que está exatamente a acontecer, debate, debate, debate. Porque, no fim, só vai interessar uma coisa, não é o que pensa o Partido Social Democrata, não é o que pensa o Partido Socialista, o CDS, O Bloco de Esquerda, a CDU, enfim, não é o que interessa a nenhum partido, é o que as pessoas entendem para o seu território. E perceber o que as pessoas entendem para o seu território é muito mais do que fazer ruído -, é mesmo isso que fizemos, ruído sobre esse processo - é ouvi-las. E garanto, ouvir pessoas e para ouvir pessoas, não é só nestes momentos ou nos fóruns que nós promovemos, é todos dias, é todos os dias percebendo qual é o sentido que as pessoas têm. E por isso, peço, é mesmo um apelo que faço aos diferentes partidos políticos, esta não é uma matéria discussão política. Não pode ser para bem do nosso território. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Isto não é político? Isto é político, Senhor Deputado. Tanto que, quando houve a minha intervenção, o Senhor Presidente é que foi recuar o que tinha acontecido no tempo do Partido Social Democrata. E o Senhor Deputado, para dizer o que é que o Partido Socialista fez agora, também foi recuar à parte política desta matéria. Nós não podemos discutir a desagregação ou agregação de freguesias sem fazermos política porque isto passa por legislação da Assembleia da República. E depois há outra questão: Isto é calmo, eu sei que sim, é um regime especial e podemos fazer a desagregação no futuro. Mas o Senhor Deputado sabe tão bem como eu, que já tivemos oportunidade de o discutir, que temos um período em que há o regime especial em que os requisitos formais são diferentes do período subsequente que vai ter requisitos mais apertados. Não vamos aqui discutir isso. Mas é bom que as pessoas que estão lá em casa também percebam isso. Quando falamos dos cinco meses que faltam, é para o período excepcional mediante determinados requisitos. Isso é que eu acho importante ficar claro. Muito obrigada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== Senhor Presidente, eu peço imensa desculpa, eu sei que estes diálogos são difíceis de gerir. Peço-lhe apenas, sugiro, para melhor condução dos trabalhos, que se fosse descontando o tempo que cada partido tem e no fim do tempo que está atribuído a cada partido tem fosse descontado, da nossa parte não há qualquer objeção. Eu agradeço essa intervenção, é de facto uma matéria delicada. Mas volto a dizer a mesma coisa que disse: não há fatalismo nenhum, há uma profunda necessidade de diálogo. Volto a fazer o apelo que fiz a todos os partidos políticos: o resultado da reorganização que nós imprimimos agora ao novo documento, não é mesmo uma questão política. Pois, a lei que permite essa reflexão, naturalmente tem que ser aprovada em órgãos políticos. Não há outra forma. Agora, faço o desafio, para além do apelo para que todos os partidos, a sociedade civil, as diferentes instituições, dialoguem saudavelmente sobre esta matéria. E desafio também a ver todas as intervenções do Partido Social Democrata tem desde o início e veja, o tom, aquilo que exige e, mais uma vez, aquilo que espera. Isso também ainda não o disseram. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== A Senhora Deputada coloca-me questões para as quais procura antecipadamente responder. Nós temos, no ponto cinco, o terceiro plano para a igualdade que permite que eu lhe coloque uma questão também: Onde é que viu no site da Câmara um investimento 9.5 milhões de euros? Eu vou-lhe dizer onde é que viu. Viu num sítio que diz assim: “A Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM) consignou a empreitada para a operação, reabilitação e manutenção do sistema de tratamento de águas residuais (STAR). O investimento no valor total de 9,5 milhões de euros, prevê um investimento de 4 milhões de euros na modernização das Estações de Tratamento de Águas Residuais do Salgueiro e de Ossela, ambas localizadas em Oliveira de Azeméis, e a reabilitação de cerca de 15km de emissários que serão sujeitos a uma inspeção vídeo para elaboração do respetivo cadastro.” Portanto, percebe que são 4 milhões de euros que estavam previstos em 2018 para investir nas nossas ETARS. Os 5.5 milhões de euros eram para a gestão e exploração das ETARS, ou seja: para fazer o mesmo trabalho que a Luságua está hoje a fazer. Estamos a falar de um investimento de 9.5 milhões nas ETARS. Portanto, fazer essa correção. Porque disse que eu não estava a falar a verdade e ficou reposta a verdade. Eu não tenho muito a dizer sobre esta questão da desagregação das freguesias. Tenho uma coisa muito simples para dizer: confio integralmente nos nossos presidentes de junta, na sua capacidade para discutir o que é melhor para os seus territórios, na sua capacidade para envolverem a sua população nessa discussão e para encontrarem as melhores soluções que sirvam o interesse das suas populações e

dos seus territórios. Nunca me vão ouvir dizer: que vocês estão a comer sono, que estão impávidos e serenos, que não se mexem, que não produzem. Eu acho que vocês estão a fazer um trabalho sério, com a serenidade e responsabilidade que devemos ter quando discutimos assuntos sérios. Eu participei nessa comissão municipal que ouviu todos os presidentes de junta do nosso concelho, ouviu todos os presidentes de assembleia freguesia do nosso concelho durante quase um ano. Fizemos um trabalho absolutamente extraordinário e produzimos um relatório que foi para a gaveta. Esse relatório foi para a gaveta porque, objetivamente, não se quis tomar decisões. Portanto, é isso que vamos evitar que aconteça agora. E confiamos nos nossos presidentes de junta para tomarem as melhores soluções. Eu posso-lhe dizer que aquilo tem sido o trabalho de todos os presidentes de câmara, de todos os partidos, neste domínio. Agora, não lhe posso dizer o que é que vai ser o projeto de execução da Linha do Vale do Vouga. Até porque ele não está feito. Aquilo que eu lhe posso dizer, é que: o que se pretende é a eletrificação da via e é a eliminação de todas as passagens de nível que não são automatizadas. Portanto, todas as passagens de nível, por razões óbvias, terão que ter controlo automático. É só isso que lhe posso dizer. É nisso que estamos a trabalhar. É isso que nós estamos a exigir. Espero que seja isso que nós consigamos e espero também que cada um dos presidentes de câmara (S. João da Madeira, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis) que apresentaram as suas reivindicações, possamos ter os apeadeiros que queremos, as estações que queremos, a deslocalização de um ou outro apeadeiro que um ou outro município está a fazer possam ser contemplados. É esse trabalho que estamos a fazer. Porque eu não tenho dúvidas que a tutela, não tenho dúvidas que os municípios e a população naturalmente querem que a Linha do Vale do Vouga adquira a importância que todos nós antevemos. Portanto, esse trabalho é um trabalho que está a ser feito. Se depender de mim, não quero que se pare a locomotiva para ir levantar a cancela ou que os carros tenham que atravessar a Linha do Vale do Vouga sem segurança. Queremos naturalmente que a Linha seja uma linha moderna e seja completamente automatizada. E julgo que é isso que vai acontecer, porque o investimento é para aí que aponta. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Maritza Valente**, do PSD. =====*

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, membros da mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal e membros do executivo, colegas deputados, Senhores Presidentes de Junta (especialmente à Presidente desta União de freguesias, Susana Mortágua (pelo acolhimento), público presente, comunicação social e a quem estiver a nos acompanhar através da transmissão da Azeméis TV, comunicação social aqui presente, sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente, Amaro Simões. Venho aqui, em nome da bancada do PSD, fazer uma intervenção, no âmbito do alargamento da rede de saneamento no concelho, uma obra necessária, que vai sem dúvida alguma, melhorar as condições de vida dos

oliveirenses e do nosso meio ambiente. Posso até antecipar a resposta do Senhor Presidente, os constrangimentos são fruto das melhorias implementadas. São sim, Senhor Presidente. Mas, Senhor Presidente, o que se está a passar na minha freguesia denota que não está a ser feita fiscalização à empreitada em curso. Estão a ser efetuados rasgos na via pública, com sinalização insuficiente ou mesmo sem sinalização. O que se está a passar em Macinhata da Seixa, passa-se em metade da freguesia com estradas completamente destruídas, sem alternativas para os macinhatenses se deslocarem aos Paços do Concelho, ao centro da sua união de freguesia, sem antes passarem por um conjunto de acessos danificados e, reafirmo, sem a devida sinalização (diariamente e mais que uma vez ao dia). Tratando-se de uma freguesia onde os arruamentos apresentam algum declive, fator que, mesmo com pouca chuva, a terra e o cascalho usado para tapar os buracos provisoriamente, e em substituição de alcatrão, vão sendo removidos com a passagem dos carros para o fundo das ruas deixando enormes valas abertas, sem sinalização. [projeção de slides] E posso dar alguns exemplos como: a Rua da Taipa de Cima, como mostram estas imagens, mesmo ao lado da junta de freguesia, a Rua da Fonte do Carvalho (entre outras muitas outras) voltando a ser fechada da mesma forma (cascalho), que está a ser arrastado cada vez que chove. Mas esta situação é extensível ao concelho como se comprova nas intervenções do público e como a Rua Professor Leão, na Ínsua - Cucujães ou mesmo, esta estrada aqui ao lado em direção a Alviães. Os macinhatenses não estão contra as obras que estão a ser realizadas. Estão sim preocupados com a forma como são realizadas, sem a mínima cautela e fiscalização por parte da Junta de freguesia e da Câmara Municipal, entidades que devem acompanhar a empreitada e que têm a obrigação de fazer cumprir todos os requisitos do caderno de encargo, pois, a inação das entidades públicas está a prejudicar os macinhatenses que não têm alternativa se não se deslocarem nestas vias quase intransitáveis. Mas, Senhor Presidente, preocupamo-nos porque esta situação é transversal a outras freguesias do concelho de Oliveira de Azeméis. A degradação do piso danifica as viaturas dos oliveirenses, os desvios sem sinalização obrigam os oliveirenses diariamente a fazerem quilómetros desnecessários porque não estão a ser indicadas quando as estradas estão interrompidas ou cortadas. Somos solidários com o executivo na necessidade de se promover o alargamento da rede de água e saneamento, agora, entendemos que o município tem a obrigação de gerir e planear as intervenções na rede viária de forma a zelar e acautelar os interesses dos oliveirenses. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Terra**, do PSD. =====*

===== Boa tarde. Cumprimento Vossa Excelência Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Executivo, os meus colegas de Assembleia Municipal, e demais público que nos escuta. Antes de mais, gostaria de assinalar com satisfação a oportunidade que me foi conferida para intervir neste espaço democrático concelhio. A minha intervenção vai para o

funcionamento da piscina municipal de La-Salette, gostaria de abordar o tema acessibilidades e demais adaptações, necessárias ao usufruto pleno dos nossos cidadãos com mobilidade reduzida. Sei que é uma preocupação transversal à sociedade e a este executivo em particular, no entanto, foi até hoje considerada uma prioridade adiada. Todavia, os cidadãos com mobilidade reduzida e suas famílias veem ano após ano, publicações lindíssimas do conjunto de piscinas de La-Salette, e sentem-se obviamente frustrados pela exclusão que sentem pela inacessibilidade a que estão sujeitos fruto da sua condição. Senhor Presidente, será a próxima época balnear o momento em que será possível a todos os cidadãos com mobilidade reduzida e suas famílias, aceder e usufruir em pleno deste maravilhoso equipamento? Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS. =====*

===== Boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Nelson Mandela dizia: A educação é a arma mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo. A educação, tendencialmente gratuita como se encontra estabelecido na Constituição da República Portuguesa, é uma conquista do povo. E é, até aos dias de hoje, o maior mecanismo de elevação social que conhecemos independentemente da desigualdade do ponto de partida, entenda-se: à entrada da escola, nas suas respetivas casas. O programa Aproximar Educação trouxe responsabilidades acrescidas ao município de Oliveira de Azeméis nesta área, responsabilidades estas que agora serão descentralizadas também para os restantes municípios portugueses. Um processo de descentralização nacional difícil que gera agora, a outra escala, a discussão que há muito o Partido Socialista de Oliveira de Azeméis entendeu fazer sobre esta temática. Agora, revindicam-se outras condições para que esta descentralização possa ser executada. Posto isto, importa também avaliar os resultados de difícil gestão municipal desta competência ao longo dos últimos anos que, certamente, servirá de exemplo para o executivo e colaboradores da autarquia, relativamente às competências que serão a partir deste momento descentralizadas para o município de Oliveira de Azeméis. Pois, bem sabemos que são particularmente difíceis de assegurar pelos municípios portugueses com o pacote financeiro atribuído. A educação é uma área essencial e estratégica para o país e também para o município de Oliveira de Azeméis. Muito havia por fazer na altura, desde logo pela utilização dos espaços em desuso no ensino básico, nomeadamente infraestruturas que foram criadas com o dinheiro dos contribuintes que se encontravam ao abandono, a eliminação da utilização de contentores como espaço de utilização diária pelos nossos estudantes das escolas da responsabilidade do município de Oliveira de Azeméis, pela adequação da oferta formativa do ensino profissional, em parceria com os agrupamentos de escola e com a indústria local, com a dotação das nossas escolas de condições mínimas e básicas exigíveis para um ensino de qualidade no século XXI e também uma dotação de pessoal não docente e de fornecimento do serviço de

refeições em todas as escolas com a respetiva qualidade e quantidade necessárias. Acreditamos, Senhor Presidente, que muito tem sido feito nesta temática, nomeadamente através da intervenção na Escola Dr. Ferreira da Silva, através da intervenção na Escola de Fajões e em inúmeras escolas básicas do concelho de Oliveira de Azeméis através da administração direta, mas também através da luta com a tutela para que fosse atribuída um milhão de euros para intervenção nas escolas com responsabilidade exclusiva do município de Oliveira de Azeméis. Pois bem, o ano escolar está a terminar e é com o desafio que lançamos ao Senhor Presidente, para nos apresentar como é que irá decorrer o próximo ano letivo, se já o está a preparar, quais são as medidas que temos para que o início de ano decorra com a maior normalidade possível? Muito obrigado. ===

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Francisco Silva**, do PSD. =====*

===== Muito boa tarde, a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões, os que estão presentes e aqueles que assistem através da transmissão online. No passado dia 10 de junho, tivemos o prazer de assistir à realização da 5ª edição do Encontro de Bandas de Música de Oliveira de Azeméis, no qual estiveram reunidos mais 400 músicos, no somatório da participação de todas as bandas do concelho. Este encontro é já um marco inequívoco na vida cultural do nosso concelho que, após interrupção forçada nos anos de 2020 e 2021, retomou novamente esse papel, desta feita, com a superior organização da Banda Musical de Fajões. Após o início da efeméride no ano de 2016, resultante de um anseio coletivo dos dirigentes das Bandas de Música do concelho e do pronto apoio por parte da Câmara Municipal, este encontro foi assumido como uma premissa maior para a demonstração coletiva do trabalho desenvolvido pelas Bandas de Música do Concelho de Oliveira de Azeméis, objetivo que tem sido claramente superado com o empenho de todos os envolvidos. Com efeito, para além do salutar momento de convívio entre os músicos e dirigentes das seis bandas de música, este encontro constitui a superior demonstração do trabalho efetuado com responsabilidade, empenho e dedicação de centenas de pessoas para um momento cultural de elevadíssima qualidade, no resultado do somatório de todo um trabalho que cada banda faz, individualmente, ao longo do ano no seu território de ação mais direto. Como é de conhecimento generalizado, a aprendizagem musical desde a infância traz enormes benefícios para o desenvolvimento cognitivo e emocional do indivíduo. Estudos científicos recentes revelam até alterações fisiológicas no cérebro dos estudantes de música, com certas zonas do cérebro mais desenvolvidas e com melhor capacidade de realização de sinapses, quando comparados com indivíduos sem qualquer formação musical. A importância desta formação promovida pelas Bandas de Música no território através da ação das suas escolas de música, vai para além do desenvolvimento intelectual e cognitivo do indivíduo, através do contributo direto para a aquisição de novas competências e para a capacitação dos jovens e menos jovens do nosso

concelho, tanto quanto promovem a criação de dinâmicas sociais que abrangem o território na sua totalidade, e que contribuem para a orientação e engrandecimento do presente e do futuro da cultura do nosso município. Por todo este trabalho que se pretende cada vez mais apoiado e reforçado, queremos enaltecer a organização do 5º Encontro de Bandas de Música do Concelho de Oliveira de Azeméis, bem como o trabalho que as seis Bandas de Música efetuam ao longo de todo o ano, na formação bem como nas atuações e participações no país e no estrangeiro, transportando orgulhosamente e de forma elevada com cada uma delas o nome de Oliveira de Azeméis. Permitam-me que, por ordem cronológica de organização, demonstre perante esta Assembleia o reconhecimento pela resiliência, pelo trabalho desenvolvido e demonstração de forma conjunta: À Banda de Música do Pinheiro da Bemposta, organizadora da 1ª edição no ano de 2016; À Banda de Música de Santiago de Riba Ul, organizadora da 2ª edição no ano de 2017; À Banda de Música de Carregosa, organizadora da 3ª edição no ano de 2018; À Banda de Música de Loureiro, organizadora da 4ª edição no ano de 2019; À Banda Musical de Fajões, no papel de organizadora da 5ª edição este ano; À Sociedade Filarmónica Cucujanense, certamente a organizadora da 6ª edição no ano de 2023. Finalizo com os votos de que as nossas Bandas de Música continuem a ser o hino da música filarmónica e da grande moldura do movimento associativo ao serviço da cultura no nosso concelho. Tenho dito. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **José Terra**, do PSD. =====*

===== A preservação do património é uma herança que a todos nós compete cuidar, e tudo fazer para que permaneça intacta para fruição das gerações futuras. Como tal, e a propósito deste assunto, permitam-me que partilhe convosco um breve excerto dos direitos e deveres dos cidadãos num artigo disponível para consulta integral no site da Fundação Francisco Manuel dos Santos, que passo a citar: “ (...) De acordo com a lei, o «património cultural» é constituído por «todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização (...)” - fim de citação Há uma responsabilização pessoal e coletiva consagrada na constituição portuguesa, que em síntese diz o seguinte: “A Constituição corresponsabiliza todos os cidadãos, e nomeadamente os agentes culturais, pela preservação, defesa e valorização do património cultural português, e estabelece que todas as pessoas têm o direito à chamada «ação popular», uma ação judicial que pode ser usada para promover a prevenção, cessação ou perseguição judicial de infrações contra o património cultural” ... Preocupa-me a este propósito, o mural em azulejo com a figura de Santo António do artista Carlos Mobj, situado num edifício a demolir, num bonito, e cada vez menos usual gaveto, que tão bem caracteriza as ruas Manuel Alegria e Frei Caetano Brandão. Cito, para o efeito, as declarações proferidas publicamente pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis a um órgão de comunicação social, pelo que sei, até hoje ainda não

desmentidas, que afirmou o seguinte: “A manutenção da obra não está em questão. O que se está a estudar é a manutenção da obra original. Alguns azulejos já estão danificados. O processo de recuperação, bem como a remoção dos azulejos da parede é um investimento muito avultado. A solução passará pela construção de uma réplica” - fim de citação. Senhor Presidente, permita-me a analogia ao tema da obra em apreço, “O sermão de Santo Antonio aos peixes”, do padre António Vieira, e da sua intervenção metafórica a favor dos direitos dos índios brasileiros, junto do rei D. João IV, para o questionar: Podemos contar com a sua diligência, no sentido de proteger e salvaguardar esta e outras obras, deste e doutros artistas, espalhadas um pouco por todo o território concelhio? Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Estamos numa freguesia onde estamos a investir 8.65 milhões de euros em água e saneamento. Na Freguesia de Macinhata da Seixa (sua freguesia natal), estamos a fazer investimentos sem paralelo: Alargamento da Ponte do Requeixo; E esse investimento importante que falou da rede de água e saneamento. Algumas das vias ainda não podem ser requalificadas porque, apesar de já terem saneamento, ainda vão receber água. É isso que nós procuramos fazer quando instalamos a rede de saneamento, é dotar também os locais de rede de água. Agora, é evidente que, não se fazem estas obras sem causar transtorno. A nossa obrigação é minimizar esse transtorno. E, se há problemas com a sinalização, se há problemas com a informação que deve ser prestada, é evidente que a nossa obrigação é junto do empreiteiro corrigir essa situação. É evidente que, se não se fizer rigorosamente nada, essas coisas não causam transtorno, não causam nenhum tipo de problema. O que nos preocupa é ainda não termos tido a possibilidade de levar ainda estes “problemas” a todo o nosso território. Porque é esse o nosso objetivo. E, portanto, A Rua Professor Leão ainda não foi pavimentada, mas recebeu infraestruturas, recebeu uma rede de saneamento. E não está pavimentada ainda porque estamos a procurar encontrar uma solução para a rede de águas pluviais. Portanto, não nos limitamos a meter asfalto por cima das coisas. Fica muito bem. As pessoas ficam muito satisfeitas. Mas os problemas ficam por resolver. E nós procuramos evitar que os problemas persistam no tempo. A Rua Abel Silva Ribeiro é uma rua que recebeu passeios, recebeu infraestruturas públicas, recebeu saneamento, e vai ser pavimenta este mês de julho. Portanto, estamos a falar de problemas que surgem por bons motivos porque, efetivamente, estamos a resolver problemas que há décadas deviam estar resolvidos. Agradeço a sua intervenção. Agradeço a sua denúncia para estes casos. Vamos procurar atenuar o transtorno que estamos a causar aos macinhatenses, eventualmente, também aos locais de outras freguesias onde os empreiteiros não estejam a acautelar devidamente aquilo que é a sua obrigação, que é criar condições de segurança para que as pessoas não tenham este tipo de problemas. Em relação à intervenção do senhor deputado José Terra: A piscina municipal de La-Salette, não é uma

prioridade adiada. Há muitas prioridades semelhantes a essa que estão adiadas e vão continuar adiadas mais algum tempo. Nós não estamos especificamente preocupas com a acessibilidade a um equipamento, preocupa-nos a dificuldade que os oliveirenses têm em aceder à generalidade dos equipamentos públicos. Por exemplo: Quem quiser assistir a uma reunião de câmara; não consegue assistir, porque não há como aceder à sala de reuniões, pura e simplesmente não há como aceder. Nós queremos, não apenas para equipamentos que tem uso sazonal, como é o caso das Piscinas de La-Salette, que a todos equipamentos. Aliás, é uma obrigação legal corrigir essas situações e naturalmente tornar esses equipamentos inclusivos e acessíveis a todos. E vamos procurar encontrar uma solução para as Piscinas de La-Salette. Apresentamos muito recentemente uma candidatura para uma série de equipamentos públicos onde vamos procurar resolver os problemas de acessibilidade que esses equipamentos públicos têm. Porque, na altura, quando eles foram construídos, não havia legislação que exigisse, não havia a preocupação com estas questões, nem tínhamos uma população tão envelhecida a precisar da nossa atenção. Em relação à questão que colocou sobre o painel em Santo Antonio: Não me vai ouvir comentar afirmações do presidente de Junta, afirmações públicas. Eu já fui claro, em relação a isso. O painel de azulejos, não corre riscos. O painel de azulejos, não vai ser destruído. Já tive a oportunidade de prestar esses esclarecimentos, na reunião de câmara. Volto aqui a tranquilizar toda a gente, não vamos correr esse risco. Aliás, estamos a falar de um processo de expropriação que ainda não está concluído, nem sabemos se vai acontecer. Portanto vamos deixar que as coisas sigam o seu curso, cheguem ao seu termo. E depois vamos fazer a operação de realocização do painel de azulejos, conforme todos desejamos, como é evidente. Em relação à intervenção do senhor deputado João Costa, sobre o Programa Aproximar a Educação: Nós não somos um município muito diferente dos outros apesar de termos vivido uma experiência, nos últimos anos, neste domínio. Porque, uma coisa era o que determinava o contrato interadministrativo de delegação de competências, outra coisa é o que está determinado no Decreto-Lei n.º 21/2019. Portanto, há aqui questões que são observadas no novo Decreto-Lei e que constitui para nós uma preocupação, como constitui para a generalidade dos municípios. Em relação ao Programa Aproximar a Educação, dar uma nota que eu acho que é importante: Os municípios da Área Metropolitana do Porto fizeram um memorando, que fizeram chegar à tutela, com as preocupações que foram recolhidas nos diferentes municípios. Claro que há muitas preocupações comuns, mas há também algumas preocupações específicas em determinados territórios. Há territórios que têm o parque escolar muito degradado a precisar de investimentos muito importantes. Nós fizemos um mapeamento, também a pedido da tutela, dos equipamentos da área da saúde e da área da educação que de intervenção. E indicamos três escolas a precisarem de investimentos substanciais. Mas quando nós identificamos investimentos de 3 milhões de euros, há escolas que precisam de investimentos, noutras territórios, de 7 milhões, 8 milhões de euros. Esse trabalho é um trabalho que está a ser feito. As preocupações com a não cobertura dos seguros de acidentes pessoais, da segurança e saúde no trabalho, a verba que poderá não ser

suficiente para as operações de requalificação das escolas porque não têm em consideração a antiguidade das escolas, mesmo considerando a antiguidade das escolas, não têm em consideração o estado de conservação das escolas, medicina no trabalho, questões ligadas ao fardamento, questões ligadas à formação profissional, abonos para falhas, transportes escolares, refeições escolares, há um conjunto de questões que se colocam. Este fundo que foi criado para a descentralização de competências tem que olhar para aquilo que serão as responsabilidades que os municípios terão para assegurar estas competências, atendendo ao quadro que se avizinha. O quadro que se avizinha é particularmente complexo onde percebemos que no domínio dos transportes escolares, refeições escolares, na energia, as coisas estão a aumentar muito. E teremos também que nos acautelar não só, na atualização das transferências que são feitas, mas também, termos a possibilidade a atualizar aquilo que é a evolução da massa salarial no que aos recursos humanos diz respeito. Nós herdamos cerca de trezentos funcionários. Portanto, estamos a falar de uma massa salarial expressiva. Essa massa salarial, naturalmente, evolui à medida que vamos tendo atualizações salariais, à medida que vamos tendo inflação. E, portanto, são essas as reivindicações que estão a ser discutidas através da Associação Nacional de Municípios Portugueses para que cheguemos a um entendimento. Questões com as AAAF, com as AEC, com as CAF são também questões que preocupam os municípios. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador **Rui Luzes Cabral**, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Muito boa tarde, a todos e a todas. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Amaro Simões, sintam-se todos cumprimentados. Nós de facto, já desde 2015, que estamos com esta experiência piloto. Relativamente aos outros municípios, que entraram agora no dia 02 de abril, há alguma diferença significativas porque, nós de facto, já temos alguns anos em que estamos habituados a lidar com as questões dos assistentes operacionais, das limitações que isso implica e já aqui foi referido em várias Assembleias Municipais esses constrangimentos. A questão relacionada com as refeições escolares vamos assumir (é igual aos outros municípios) do 5º ano ao 12º ano e que não tínhamos até agora, portanto, é generalizada essa questão e que nos preocupava bastante. Porque, nessa reunião, em sede da AMP o que tentamos que aconteça é uma neutralidade de custos relativamente a algumas dessas questões. Não tanto a questão dos assistentes operacionais. Porque se o ministério cumprir os rácios que estão alocados a cada escola, a cada município, cumpre com as atualizações salariais. Pode não acontecer com todo o resto, que tem a ver com o expediente e limpeza, com os concursos para o economato, com as refeições escolares. E, portanto, dúvida dos municípios é: não havendo essa neutralidade financeira pode representar, para os municípios, um acréscimo muito grande entre a diferença daquilo que é financiado para a diferença de preços de mercado. Nessa reunião que tivemos sobre a descentralização e também com as senhoras ministras da Coesão e da Saúde, falamos deste e de outros temas da descentralização.

A saúde é aquele que está mais adiantado, porque todos os municípios assumiram a saúde no dia 02 de abril, enquanto na ação social ainda muitos municípios não assumiram essas competências. Há, da nossa parte, um conjunto de dúvidas relativamente a isso. O senhor presidente já foi aqui referindo algumas discrepâncias entre o Contrato Interadministrativo 559 e o Decreto-Lei de 2021, por exemplo, o que tínhamos até agora: no 21/2019 - não está previsto equipamentos informáticos: software, equipamento básico administrativo, vestuário, transportes e estadias, ferramentas, documentação técnica e material e educação, cultura e recreio. A questão da conservação do parque escolar é também uma preocupação que está a ser estudada pela tutela: 20 mil euros para manutenção e pequenas requalificações de escolas EB2,3, não nos parece que seja um valor que dê para a substituição e para a manutenção durante um ano. Portanto, nós queremos uma atualização deste valor. E assegurar também as grandes requalificações. Como já disse o senhor presidente: Nós mapeamos algumas escolas EB 2,3 que estão a precisar de obras. Como sabem, arrancamos, já está concluída a Ferreira da Silva e está em curso a de Fajões. Mas faltam três EB2,3 que já estão a precisar e no futuro vai se agravar essa necessidade, que são: Pinheiro da Bemposta, EB 2,3 de Loureiro e também EB 2,3 de Carregosa. Ficam de fora as duas que já não necessitam, foram intervencionadas e são da responsabilidade da Parque Escolar. Portanto, os municípios estão de facto preocupados com todas essas questões. Relativamente à organização do ano escolar: Nós já temos essa preparação de anos anteriores, para a organização, não sentimos um impacto tão grande. Nós vamos aqui aprovar a questão dos transportes escolares. A questão das refeições, o concurso está a decorrer, já temos concorrente, está nos procedimentos de entrega de documentação. Parece-nos que vamos ter sucesso no valor que exequível para aquilo que vínhamos fazendo. É menos uma preocupação que temos. Esta semana vai a reunião de câmara também o novo procedimento para a contratação das coordenadoras de CAF e animação. A questão dos assistentes operacionais, é uma questão que é mais difícil e já aqui foi referida que, o concurso que decorreu (25 assistentes operacionais), com a capacidade que nós temos agora de em caso de emergência conseguirmos colocar mais assistentes operacionais nas escolas, vamos tentar que no próximo ano letivo a dificuldade encurte e que seja cada vez menos um tema de discussão essa questão. Durante alguns anos, como aqui também já expliquei, com os contratos que nós tínhamos com as IPSS, com a falta de uma Bolsa de recrutamento para substituições, com a falta de um concurso para colocar pessoas efetivas no quadro, tivemos ali dois anos letivos com grande dificuldade e é isso que nós não queremos continuar a ter. Julgamos que no futuro isso não acontecerá. Portanto, é o ponto de situação, para que possamos ter o ano letivo de 2022/2023 sereno. A questão das refeições escolares preocupava-nos bastante, mas parece que é uma preocupação que já não faz sentido uma vez que o concurso está a decorrer. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à deputada **Maritza Valente**, do PSD. =====*

===== *Esclarecimento adicional: Senhor Presidente, não posso concordar com essa justificação, pois as vias onde foram efetuados os rasgos quase todas já possuem rede de água e já agora, com a comparticipação monetária dos macinhatenses. Exemplo a minha rua, que a justificação apresentada para rasgar só metade foi por esta não ter água pública em toda a sua extensão. Portanto, essa justificação não se coloca aqui. Mas existe um regulamento de intervenção no espaço público que não está a ser cumprido. “As valas não podem ficar abertas ou em terra.” Esse regulamento diz como é que devem ser tapadas provisoriamente. E a Câmara e Junta não estão a fiscalizar.* =====

===== *O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: o PS utilizou 12 minutos; o PSD utilizou 26 minutos e 44 segundos; o Presidente da Junta de Freguesia de Cesar (IC) utilizou 1 minuto e 41 segundos; os restantes Grupos Municipais, não usaram da palavra.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos.* =====

===== *Em relação à intervenção do Senhor Vice-presidente, dar uma nota que é importante: Estamos a falar da descentralização e competências em matérias que são essenciais, mas era importante que tivéssemos oportunidade de começar a discutir aquilo que realmente interessa. E aquilo que realmente interessa é a qualidade da educação, é o combate ao insucesso escolar, a recuperação de aprendizagem, que é particularmente importante neste período pós pandémico, é a questão da valorização da carreira docente, a questão da escola digital, um conjunto de questões que importa refletir. Portanto, quanto mais rápido ultrapassarmos estas questões de base financeira, enfim, teremos oportunidade de discutir aquelas questões que são e natureza mais estrutural e que reduzem o impacto que todos desejamos que é qualidade que capacite e que prepare os nossos jovens para os desafios que vão seguramente encarar no futuro das suas vidas profissionais. Em relação à intervenção da deputada Maritza Valente: Eu não disse que as ruas não iam ser fechadas. O que disse foi que, algumas das ruas, depois da operação de abertura de vala, as ruas devem estar um mês e meio, dois meses ou até mais, em compactação. Isso acontece em todo o lado. E é assim que tem que ser para que depois a reposição do pavimento seja eficaz. Porque, senão, aquilo que nós vemos é as depressões nas valas que nós assistimos nas estradas, infelizmente, no nosso concelho. Portanto, o Regulamento Municipal não se aplica nesses casos. O Regulamento Municipal tipifica aquilo que é as intervenções dos operadores e aquilo que eles têm que fazer ao nível do preenchimento dessas valas, não estamos naturalmente a falar da instalação de uma rede de água e saneamento. Como compreenderá, os custos de fazer reposições provisórias com paralelos, etc..., que exigimos nas pequenas reparações da via pública, seriam tremendamente inoportáveis e eliminaríamos a possibilidade de nós levarmos o saneamento mais cedo a outras*

regiões do nosso concelho. Como nós temos lançamentos a concurso para a rede de saneamento financiado, em alguns casos, com fundos comunitários, como queremos colocar água nesses locais onde fazemos saneamento, lançamos procedimentos para isso e os empreiteiros são empreiteiros diferentes. Muitas das vezes é difícil conciliar as intervenções para que elas ocorram em simultâneo. Portanto, o que nós temos é que, em algumas ruas, elas não foram requalificadas porque ainda vão voltar a serem abertas. E depois do tempo de compactação que é aconselhável fazer, então as ruas serão requalificadas. E teremos oportunidade de ver em Macinhata da Seixa e em outros locais as ruas com condições. Em relação á intervenção do senhor deputado Francisco Silva: Alinho completamente nessa homenagem que fez ao nosso património filarmónico. Portanto, dar-lhe os parabéns por trazer esse tema. Porque, efetivamente, temos no nosso concelho Bandas de grande qualidade e executantes de grande qualidade que dão cartas por esse mundo fora. Mas também temos maestros extraordinários e temos corpos diretivos que fazem o caminho que se tem traduzido em eventos e momentos como esse que acabou de descrever, que é um momento sublime. E aquilo que eu espero é que, Oliveira de Azeméis possa ser, efetivamente, a capital das Bandas Filarmónica do país. Seria um orgulho para todos nós se fosse essa a nossa chancela, se fosse esse o nosso carimbo. Vamos trabalhar para isso. Gostaríamos muito de criar condições para que as nossas Bandas de Música continuassem a melhorar a sua qualidade e continuassem a orgulhar-nos por esse país e por esse mundo fora. =====

===== PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 22º DO REGIMENTO) =====

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== Ponto um: - *Aprovação da Ata nº 04 - Sessão da Assembleia Municipal de 29-04-2022 - Aprovação;* =====

===== Presente para aprovação a ata n.º 04 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 29 de abril de 2022. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação a ata n.º 04 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do nº 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

===== **Ponto dois:** - *Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É a informação habitual que somos obrigados a dar sobre a atividade e situação financeira de Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento.* =====

===== **Ponto três:** - *Comissão de Acompanhamento da Concessão Relatório Anual - 2021 (I/39322/2022) - Conhecimento;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Esta Comissão de Acompanhamento foi constituída no âmbito da concessão da rede de água e saneamento do nosso Concelho, tem a responsabilidade de elaborar anualmente um relatório, e está a apresentar-nos para conhecimento o relatório correspondente ao ano de 2021.* =

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Bruno Aragão.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS.* =====

===== *Juro que trazia esta intervenção escrita desconhecendo, como é natural, o período de antes da ordem do dia. E se há coisa que eu tenho especial prazer, porque estas assembleias descentralizadas resultam muito do esforço que fizemos a partir de 2017, do nosso compromisso,*

é que elas podem tornar efetivamente, no período do público, assembleias que trazem problemas e onde as pessoas podem abertamente e de coração manifestar aquilo que sentem. E por isso, eu digo muitas vezes, para nós, Partido Socialista, que desde de 2017 temos a responsabilidade a gestão deste município, a nossa maior oposição é mesmo a realidade, não é outra. É aquilo que nós temos de fazer todos os dias. É aquilo que não conseguimos fazer. E é aquilo que nós ainda temos que fazer. Essa será sempre a nossa maior oposição, a realidade. E por isso é que a discussão deste ponto é um ponto particularmente importante para nós, é um ponto particularmente importante do ponto de vista político e resume muito do que são as preocupações referidas no período de antes da ordem do dia, mas também algumas das preocupações que a oposição aqui trouxe. Porque muito disso resulta exatamente da discussão que podemos fazer neste ponto. A cobertura de redes de água e saneamento tem sido a questão mais premente no Concelho de Oliveira de Azeméis. É tão mais premente quanto pensamos que já bem entrados na terceira década do século XXI, esta é ainda uma matéria que nos ocupa tempo, esforço e muitos recursos. Tem uma consequência tal e um impacto de tal forma brutal, que parte das matérias mais reclamadas, e bem, pelos oliveirenses, com ela se relaciona. Os impactos nos cursos de água e na poluição dos rios são evidentes e os impactos na rede viária - a que é esventrada, a que é reparada e a que não o é à espera de rede - tem um efeito desmoralizador. As opções políticas são o que são e, enquanto município, fizemos, como sempre dissemos, uma péssima opção. E aqui, sem as palavras fáceis que nunca tivemos, devemos assumir que trabalhamos com a realidade que temos e não com aquela que gostaríamos. É a vida. Os números são curtos e grossos: Em 2009 já éramos dos concelhos mais atrasados na cobertura. Em 2013, quando se efetivou a concessão, cujo relatório de acompanhamento agora analisamos, esse atraso era ainda maior. Em 2017, e segundo a informação disponível, éramos o segundo pior concelho. Tínhamos cerca de 70% de rede de água, 42% de rede de saneamento e 22,5% de rede de saneamento com tratamento. Desperdiçamos três quadros comunitários de apoio completos e mais de 40 anos. Fizemos uma concessão que não obrigava ao aumento da rede e implicava custos para os consumidores, como efetivamente se verifica. Estou a citar, neste ponto, a intervenção que fiz em 30 de julho de 2017, quando votamos contra a proposta de revisão ao plano de investimento da concessão, nos moldes em que era proposto. Vou repetir. Fizemos uma concessão que não obrigava ao aumento da rede e implicava custos para os consumidores, como efetivamente se verifica. Bem, largos dias tem 100 anos. Nessa intervenção, de 2017, afirmamos também e cito: Deveríamos ter a esta data mais de metade do investimento da concessão já efetivado e estamos longe, muito longe disso. Basta recordar que a ETAR Sul, que deveria estar já concluída, ainda nem começou. Estes são os factos e, quase uma década depois da decisão de concessão, decorridos 8 anos do seu início, este relatório confirmar três coisas fundamentais: Primeiro: A concessão não tinha mesmo previsto aumentos de rede. Previa-se apenas resolver a diferença entre os 22,5% de saneamento tratado e a rede de saneamento instalada e não tratada, pela construção da ETAR Sul que, como se disse, em 2017 não havia ainda começado. O relatório é fátual ao apresentar os números do “Caso

Base”, ou seja, o que estava previsto na concessão e o que resulta de um profundo trabalho desta autarquia para construir rede. A diferença desses valores é, sobretudo, imenso trabalho gestão autárquica. Mostra também a partir de que ano se começa a fazer a inversão de todo o processo. Os dados são claros: 2018. A partir daí acelera-se para que se possa ter, no final de 2021, uma cobertura de redes de água a atingir mais de 82% (contra os 71% expectáveis com o contrato assinado em 2013) e uma cobertura de redes de saneamento tratado, de quase 55%. Segundo: Fica também evidente, os anos em que se começou efetivamente a resolver o problema: 2018, 2019, 2020, 2021. Por um lado, garantiu-se a execução do investimento inicialmente previsto e que não estava feito (e que agora percebemos por responsabilidade do executivo da altura), a reprogramação da candidatura ao POSEUR que, na campanha de 2017, era de 3 milhões e que, afinal de cifrou em metade e com este executivo a assumir parte significativa do investimento. O investimento de cerca de 4,3 milhões da concessionária e as candidaturas entretanto conseguidas e executadas e, igualmente, o esforço financeiro através do orçamento municipal. Terceiro: Fica também evidente o que ainda falta fazer. Já temos quase 55% de rede de saneamento com tratamento. Mas o contrário também é verdade, ainda só temos 55% de rede de saneamento com tratamento. Já temos 82% de rede de água, mas temos que atingir as metas nacionais e aproximarmo-nos do valor máximo. Por isso são fundamentais as candidaturas de quase 7,5 milhões, parte de fundos comunitários, parte de esforço orçamental, o tal esforço que é suportado por saldos de gerência. Como reconhece o relatório: serão determinantes a construção de redes de saneamento em Fajões, Madail, Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ossela e Macinhata da Seixa, Cucujães e Cesar e ainda em várias partes da União das Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, com a construção de nova ETAR. No fim deste processo, teremos ainda freguesias com enormes necessidades, como Loureiro e Palmaz, mas começaremos finalmente a ter níveis de cobertura que nos permitam mitigar os impactos de décadas. Porque o tempo passa e, com este enorme esforço e grande recuperação, a pergunta que incredulamente continuamos a fazer é a mesma que fazíamos em 2009, 13 e 17: Como foi possível? As coisas são como são. Teremos certamente ainda muitos desafios pela frente e não devemos escamotear nenhum: 1.) Os custos desta opção para os consumidores, a sua evolução e as opções que, enquanto concedente, a autarquia poderá ter. 2.) As dificuldades para execução das candidaturas referidas. O aumento dos custos de obra para um mesmo valor de fundo público sobrecarrega o município ou a falta de empresas disponíveis deixa os concursos desertos, só para dar dois exemplos. Tendo projetos, tendo fundos públicos, afetando recursos orçamentais, podemos não ter obra, o que é em si uma situação absolutamente nova. 3.) A situação de monopólio que uma concessão sempre traz, altera as relações entre os municípios e a prestação de serviços. Para a empresa são clientes domésticos e não domésticos. Para nós, são cidadãos de um concelho que concessionou um serviço público. É fundamental aqui que a empresa perceba a enorme responsabilidade que tem e, sem meias palavras, que a relação que se estabelece com as pessoas seja muito mais do que uma relação unívoca com clientes. Para as pessoas não há alternativa à

prestação de serviço, quando ele existe. 4.) As opções que teremos que fazer ainda, por exemplo na recuperação da rede viária. Não recuperar rede que se sabe que irá ser aberta nos próximos tempos para passagem de condutas é a decisão mais acertada. Se para nós as ruas têm um péssimo estado de conservação há quatro anos e meio, para os munícipes que lá vivem e que lá trabalham todos os dias tem um estado de degradação há dez, quinze, vinte ou trinta anos. Um dia a mais, não é apenas mais um dia. Mas para os cidadãos que têm essas redes degradadas há anos, são mais uns meses sem rede, sem água e sem saneamento. Será sempre legítima a sua indignação, porque também eles fazem hoje a mesma pergunta: Como foi possível? Dito isto, Senhor Presidente, continuaremos a acompanhar esta matéria. Infelizmente, e digo-o com toda a sinceridade, o tempo deu-nos razão. E como queríamos ter estado errados. Agora, o que esperamos realmente, é que tal como a dívida municipal e o plano de saneamento financeiro, também este deixe de ser um assunto. Mas também com toda a verdade, ainda falta tempo, estou absolutamente convicto que lá chegaremos. Muito obrigado. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====

===== **Ponto quatro: - Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais - Relatório de Acompanhamento e Execução - 2021 (I/37754/2022) - Conhecimento;** =====

===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Bruno Costa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Costa**, do PS. =====

===== Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal permita-me, hoje em especial, cumprimentar na pessoa da Senhora Presidente da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz todos os presentes e quem nos vê ou ouve em casa. Os titulares dos órgãos públicos estão, cada vez mais, sujeitos ao escrutínio público. Essa constante avaliação, apesar da forte pressão que a acompanha, deve ser entendida com naturalidade, porque gerir o bem de todos tem maior dimensão que o contexto privado. Essa maior vigilância também se agudizou fruto talvez da grande ressonância que más práticas, ou práticas pouco claras, foram tendo ao longo dos anos na comunicação social, por parte de alguns políticos. Notícias essas que, infelizmente, envolveram o nosso município. Face a isso este relatório aqui apresentado ganha ainda maior significado - para além de constituir resposta à Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, porque nele vêm vertidos procedimentos adotados com

vista a uma maior transparência na gestão da coisa pública. Podem-se entender esses processos - que versam o rigoroso cumprimento da lei - como morosos, causadores de impedância no normal circuito das concretizações. Gostaríamos todos que os resultados se fizessem por caminhos simples, rápidos e práticos. Todavia, qualquer atalho fora da determinação legal, mesmo que bem-intencionado, para atingir objetivos, será sempre visto como pouca transparência aos olhos da opinião pública e provável crime aos olhos da lei. Tenhamos isto presente por muito que a lei nos possa parecer estar contra nós. Neste relatório ressaltam dois mecanismos: controlo e monitorização a que todos os departamentos da Câmara Municipal estão sujeitos, pertinentes no sentido da constante avaliação e melhoria dos serviços. A prática da qualidade é uma constante que a médio longo prazo compensa esforço inicial. Permite definir rumos, evitar constrangimentos e imagem de segurança e rigor junto dos munícipes e capta investidores pela credibilidade que gera. Isto é perceptível nos últimos anos em Oliveira de Azeméis. Não é só o anuário dos municípios que o vai mostrando, é também a prática de todos os dias que, mesmo com as suspeições que recorrentemente se procuram levantar nestas Assembleias, vai fazendo caminho. Este é apenas mais um instrumento que ajuda a recuperar a imagem de credibilidade do nosso Município. E como essa imagem é fundamental. Obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

===== Eu julgo que toda a gente sabe o que é que está em causa. Estamos a cumprir um formalismo legal. Temos a obrigação de fazer a avaliação dos riscos organizacionais no nosso município, fazemo-lo através de uma matriz de riscos que vai buscar um modelo adaptado do FMEA [Failure Mode and Effect Analysis] e esse modelo adaptado faz uma análise dos modos de falha e dos seus efeitos. Portanto, este relatório é produzido anualmente e depois tem que ser enviado para o Conselho de Prevenção da Corrupção, para o Tribunal de Contas, para a Presidência do Conselho de Ministros, para a Inspeção-Geral das Finanças, para um conjunto de instituições. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====

*===== **Ponto cinco: - III Plano para a Igualdade, Não Discriminação e Responsabilidade Social de Oliveira de Azeméis 2022-2025 (I/38937/2022) - Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018/2030 - “Portugal + Igual” (ENIND) - Resolução do Conselho de Ministros Nº 61/2018 de 2 de maio - assente numa visão estratégica para o futuro sustentável de Portugal, enquanto país que realiza efetivamente os

direitos humanos, e num compromisso coletivo de todos os setores na definição das medidas a adotar e das ações a implementar. - Que esta Estratégia assume como central a eliminação dos estereótipos de género, definindo Eixos, Orientações e Objetivos Estratégicos e Específicos das políticas, orientadas para o combate à discriminação em razão do sexo e a promoção entre mulheres e homens, para a prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género, e violência doméstica e para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género; - Que compete aos municípios - ao abrigo da alínea q) do n.º1 do art.º 33º do Anexo I da lei n.º75/2013, de 18 de setembro - “Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade”; - A aposta do Município de Oliveira de Azeméis na continuidade de uma intervenção efetiva, no âmbito da Cidadania, Igualdade de Género, Não Discriminação e Responsabilidade Social, aumentando a eficiência dos instrumentos de política pública na sua promoção, levada a efeito no âmbito dos vários planos já desenvolvidos: I Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social no Município de Oliveira de Azeméis - 2013/2016; II Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social do Município de Oliveira de Azeméis - 2017/2019; I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género de Oliveira de Azeméis 2016/2018; - A viabilidade da elaboração do III Plano Municipal com recurso ao PORTUGAL 2020 - Aviso de Candidaturas Nº POISE-22-2020-03, com a designação: “Nº POISE-01-3422-FSE-000071 - 3G | IGUALDADE, NÃO DISCRIMINAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL”, ao qual foi submetida candidatura, com decisão de aprovação em finais de 2020 e respetivo termo de aceitação datado de 18.01.2021; - Que nesta Candidatura estão definidas as várias etapas e atividades a concretizar no âmbito deste projeto, tendo-se recorrido para o efeito à contratação de serviços especializados: Atividade 1 - Elaboração do Diagnóstico Local Atividade 2 - Elaboração e Implementação do III Plano para a Igualdade, Não Discriminação e Responsabilidade Social de Oliveira de Azeméis Atividade 3 - Divulgação e Avaliação do respetivo Plano - Que a concretização da Atividade 1 e 2 e parte da 3 (no que concerne à divulgação, em acréscimo ao trabalho a realizar pela autarquia) a cargo da entidade adjudicada, com início da sua prestação a 8 de abril de 2021 (ainda a decorrer); e que a Atividade 3, em cumprimento do respetivo Aviso e segundo o qual a Avaliação do Plano deverá ser assegurada por uma entidade ou especialista independente e externos ao Município, deverá ser concretizada com recurso a nova contratação (procedimento já iniciado); - Que se encontram elaborados (e apensos à presente proposta) os 2 documentos-chave/produtos relativos às Atividades 1 e 2 acima identificadas, a saber: Diagnóstico à Realidade Local e III Plano para a Igualdade, Não Discriminação e Responsabilidade Social de Oliveira de Azeméis 2022-2025; - Que decorre do Aviso já aludido que o Plano deve ser submetido à aprovação nos termos previstos no regime jurídico das autarquias locais e ter um período de vigência de quatro anos, sendo que, após aprovação, deve o mesmo ser divulgado quer internamente (serviços da autarquia) quer pelo território, devendo estar acessível ao público, designadamente no sítio da internet do município;

Propõe-se: - A aprovação do III Plano para a Igualdade, Não Discriminação e Responsabilidade Social de Oliveira de Azeméis 2022-2025 (acompanhado do respetivo Diagnóstico à Realidade Local, que o sustenta) pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, nos termos legais; - Que após aprovação, o Plano seja divulgado internamente pelos serviços da autarquia bem como à comunidade oliveirense, devendo estar acessível ao público, designadamente no sítio da internet do município.” =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Odete Roma, Helga Correia e Bruno Aragão.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Odete Roma**, do PS.* =====

===== *Boa tarde a todas e a todos, permitam-me que vos cumprimente a todos na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Amaro Simões. A autarquia de Oliveira de Azeméis assume desde 2014, de forma especialmente determinada, o compromisso com a Igualdade e a Responsabilidade Social. Com o I e II Planos Municipais para a Igualdade e Responsabilidade Social os executivos gizaram uma estratégia de combate às desigualdades, em diferentes dimensões da vida entre homens e mulheres e perante grupos especialmente vulneráveis. Com este III Plano Municipal, a autarquia renova a intencionalidade de um trabalho orientado para a identificação e atenuação de problemas organizacionais, culturais e socioeconómicos que colocam em causa a plena igualdade de tratamento e oportunidades entre cidadãos. Importa aqui referir também a relevância do documento de Diagnóstico da Realidade Social de Oliveira de Azeméis que extensamente enquadra as desigualdades patentes no nosso território e que baliza a realidade de onde partimos para este trabalho. Em 2019, a Autarquia renovou o Protocolo com a Comissão para a Igualdade de Género, assumindo o compromisso para a “promoção, execução, monitorização e avaliação da implementação de medidas e ações que concorram para a territorialização da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação 2018-2030 ‘Portugal + Igual’” ao nível municipal. Este III Plano traduz, por isso, à escala local, a estrutura desta estratégia nacional: I - Igualdade entre Mulheres e Homens, um longo caminho que todas nós iniciámos no século XX e que tem ainda muita estrada para andar; II - Prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, que os números das vítimas deste ano dolorosamente nos recordam; III - Combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais, sempre possível de retrocesso, como percebemos pelo que aconteceu nos Estados Unidos, com a revogação da despenalização do aborto a nível federal, mais de 50 anos depois. Assim, este III Plano mantém as dimensões de intervenção interna (na organização) e externa (na comunidade), a promoção da igualdade e a prevenção e combate à violência doméstica e de género, mas acrescenta as questões relativas à*

discriminação em razão da orientação sexual, da identidade e expressão de género. Os 3 planos de ação que integram este III Plano partilham ações comuns como valorização e partilha de iniciativas existentes e criação de novas, formação dirigida a grupos específicos da comunidade, sensibilização e partilha de material informativo e boas práticas, com grande enfoque na comunicação. As entidades promotoras (na sua esmagadora maioria, grupos de trabalho da autarquia) assumem-se como primeiras responsáveis pela promoção da execução destas ações e medidas operativas e pretende-se que as entidades copromotoras (trabalhadores, empresas, entidades do 3º setor) as assumam como desafios e objetivos próprios, sendo por isso determinantes no seu sucesso. Não é certamente um documento fechado e será necessariamente incompleto pela sua natureza. Haverá espaço de aprofundamento numa ou outra medida operativa cujos indicadores necessitarão de maior concretização, mas que globalmente aponta para um trabalho exigente e que projeta resultados ambiciosos. Este III Plano merecerá, por isso, a nossa inequívoca aprovação. Termina a minha intervenção sobre a apreciação deste plano - que encerra um compromisso de muito trabalho - perguntando ao executivo quais são, além das medidas que constam do documento como dependendo diretamente de si, os maiores desafios que identificam à sua concretização? Porque no fim, para lá dos planos, importa o que realmente alcançamos. Obrigada a todas e a todos pela vossa atenção. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Relativamente a este ponto em discussão lamentar a ausência do testemunho da Conselheira local da Igualdade externa com a desculpa de falta de tempo, por um lado, para solicitar o testemunho e, por outro, para rever o documento a tempo de vir a esta Assembleia Municipal, parece-nos uma desculpa, perdoem-me o termo “esfarrapada”, mas esta foi a desculpa dada pela Senhora Vereadora da Ação Social do Município de Oliveira de Azeméis na reunião do executivo na passada semana. E disse “esfarrapada” porque segundo a ficha técnica do III Plano - em janeiro 2022 foi possível apresentar um primeiro draft do Plano; em março apresentou-se uma renovada versão à Equipa para a Igualdade na Vida Local de Oliveira de Azeméis. Será que entre drafts e versões renovadas não houve tempo de recolher mensagens junto dos conselheiros municipais atempadamente? Claro que sim. Entendemos que sendo a conselheira local da igualdade uma personalidade externa poderia dar outra visão, neste caso, externa e assim contribuir e acrescentar valor a este relatório. Contudo, foi entendimento por parte do executivo deixar o seu contributo de fora por “falta de tempo” o que, no nosso entendimento, denota uma falta de planeamento e, portanto, não poderíamos deixar de lamentar a ausência do seu contributo neste Plano. Se olharmos para o Plano de Ação na sua vertente interna e externa importa referir que não foram diferenciadas as metas, estando apenas pontualmente esplanadas no indicador, assim não conseguimos perceber como é que vamos avaliar se não existem metas definidas. Há

outro reparo que temos de registar e que diz respeito à falta de contributos essenciais de duas entidades, para nós essenciais, que é a GNR e ACES de Entre Douro e Vouga. Depois surgem-nos algumas questões no plano de ação na sua vertente interna e que diz respeito: 1º lugar - o aumento do reforço de elementos da equipa de Trabalho do Gabinete para a igualdade. De que forma vai ser feito o reforço, com elementos do quadro? Com novos elementos? Quando vão contratar estes 3 elementos? 2º lugar - no plano, na sua vertente interna detetamos que não existem ações de sensibilização, nem existem guias de orientação. Será por não serem necessários? Ou foi por esquecimento? Referir ainda que, no que diz respeito à conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal não houve, por parte de quem elaborou o presente plano, uma preocupação em fazer um levantamento do número de cuidadores informais na auscultação realizada junto dos técnicos, quer ao nível da autarquia, quer num olhar externo à autarquia. Lamentamos que um documento importante como é este plano, não inclua e não olhe para estas mulheres e homens cuidadores com a atenção e reconhecimento que estes merecem. Estamos a perder um momento e uma oportunidade de registar num documento estratégico a sua quantificação. Conhecer o número de cuidadores do concelho e o número de funcionários da autarquia que prestam cuidados, que são cuidadores informais é fundamental para podermos ter um retrato que nos permita identificar e definir as medidas operativas ou iniciativas a desenvolver. Por exemplo: Nos Objetivos Estratégicos, no objetivo específico apoiar a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar em nosso entendimento deveria constar uma medida operativa: - Ações de sensibilização/capacitação dos cuidadores informais, o papel das mulheres e homens nos cuidados domiciliários e na conciliação. Continuando a analisar os objetivos estratégicos: Registamos com algum espanto que a brochura informativa “Azeméis + responsável” para empresas e entidades do terceiro setor do território, seja concretizado apenas no primeiro trimestre de 2024. Verificamos também a identificação de medidas operativas tais como a promoção do autocuidado, programa desportivo “viver melhor”, que não dizem de que forma vão fazer, por exemplo, para promover o autocuidado da pessoa idosa ou que programas desportivos vão desenvolver. Vão manter os já existem nas diversas juntas de freguesia? Estes são alguns exemplos, poderíamos dar muitos outros exemplos, do que deveria ter uma análise mais cuidada ou deveria ser revisto antes de partirmos para a implementação. Para concluir dizer que o Grupo Municipal do PSD vai votar favoravelmente este plano e é sem dúvida um ponto de partida, contudo importa referir que desconhecemos os meios financeiros que lhe vão ser alocados a este programa, mas pelo que já deu para perceber, pelos três elementos a contratar para a equipa do gabinete da igualdade e pela dimensão do plano que a partida nos parece ambicioso, há que dar meios às equipas para executarem este plano. E há que definir estratégias e metas para que o mesmo seja passível de implementação. Tal e qual está este plano, parece-nos um plano sem estratégia de implementação no território. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS.* =====

===== *É só mesmo um esclarecimento: É para dizer que o PSD tem alternativa, pode votar contra, se não concorda com o plano e se acha que ele não tem estratégia nenhuma, ou até abster-se, não tem que votar favoravelmente.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores.* =====

===== *Senhora deputada, quando alguém diz a verdade, não pode classificar ou adjetivar alguém que diz a verdade como desculpas esfarrapadas. Efetivamente foi aquilo que aconteceu e a verdade é essa. Eu vou-lhe dar apenas um pequeno exemplo da forma como nós nos comportamos nestas questões: Está aqui ao meu lado o vereador (Rui Luzes Cabral) que convidou a antiga vereadora (Gracinda Leal) para o seu Conselho para ser Conselheira Local para a Igualdade. Portanto, isso é revelador da forma como nós nos posicionamos nestas coisas. Efetivamente eu fiquei preocupado também com a intervenção que fez porque, a dada altura, não tinha percebido de que forma aquilo que estava a dizer conseguia ter alguma ligação com a classificação que foi dada em sede de reunião de câmara, onde a senhora vereadora responsável pela oposição diz que é um plano ambicioso. É um plano que efetivamente constituiu um desafio para todos nós. É um desafio que se coloca ao nível do financiamento, ao nível dos recursos humanos e ao nível da sua implementação. Dizer também que o retrato social que foi feito no nosso concelho, foi feito pelo Sinclab. O Sinclab é um grupo de investigação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto que fez a análise de um conjunto de indicadores e de informação de natureza local, nacional e internacional e com base nisso fez este retrato social que é um instrumento de trabalho que esteve na base deste III Plano para a Igualdade, Não Discriminação e Responsabilidade Social de Oliveira de Azeméis. Portanto, este documento serve de guião as medidas e ações que urge implementar para a tal implementação da estratégia nacional “Portugal + Igual”: Plano nacional de ação para a igualdade entre mulheres e homens; Plano nacional de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, da identidade de género e características sexuais; Plano nacional de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e violência doméstica.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Vereadora **Inês Lamego**, para prestar mais esclarecimentos.* =====

===== *Muito boa tarde a todos e a todas. Agradecer as questões que foram colocadas porque são também uma oportunidade de esclarecer aquilo que eventualmente os documentos não*

façam chegar à Assembleia e não é obrigatório que o plano ou o diagnóstico, qualquer documento que seja, tenha que conter a mensagem da vereadora, do vereador, da conselheira, do conselheiro ou do presidente de câmara. Portanto, não há nenhuma obrigatoriedade legal para que isso aconteça. E eu teria tido muito gosto. Como disse o senhor presidente: fizemos questão de ter a Dr^a Gracinda como Conselheira Local externa para a Igualdade, porque reconhecemos o trabalho que ela fez nesta área. Portanto, não há nenhuma intencionalidade de não colocar a mensagem dela. A verdade é esta. Os senhores interpretam isto que vos é dito da forma que entendem. Da minha parte, esse esclarecimento está prestado. E a questão está respondida. Relativamente ao envolvimento do ACES e da GNR: Efetivamente foram solicitados contributos, em particular ao ACES, com alguma insistência, num período também muito adverso para o próprio ACES. E receber respostas não foi de facto simples. Acredito que, não por vontade de sonegar qualquer tipo de informação, mas porque colhemos informação com o ACES num período muito complicado para a área da saúde. Parece que agora está a melhorar. A relação institucional que temos mantido com o ACES é profícua, é muito positiva. Portanto, foi isto que aconteceu. Estou certa que não foi por nenhum princípio de sonegar informação ou dificultar o trabalho da autarquia na elaboração deste plano. Sobre os cuidadores informais: eu diria que, haverá muitos outros dados pormenorizados que nós não conseguimos recolher, não serão eventualmente estes os únicos. O que eu lhe posso garantir é que aquilo que é o trabalho que está programado, também ao nível dos cuidadores informais, para colocar em marcha aquilo que a própria lei preconiza para apoio aos cuidadores informais venha ajudar a concretizar aquilo que este plano tem previsto no que respeita a essa franja da população, cuidadores e pessoas cuidadas, que são de facto um grupo vulnerável e que, por essa via, estão também integrados neste plano que integra também esta dimensão de responsabilidade social. Em relação às medidas operativas que não estão concretizadas: É verdade. Nós reconhecemos. Fizemos já esse reconhecimento de que há uma ou outra medida operativa uma ou outra ação que não está absolutamente desenhada no plano. Mas, convenhamos, também, é suposto que a equipa para a igualdade tenha, no decorrer da implementação do plano, margem para desenhar novas medidas e em medidas que estão absolutamente abrangentes possa afinar e conduzir para aquilo que a comunidade faça sentir como sendo mais premente atuar. A constituição do gabinete de igualdade terá também esse trabalho de ir monitorizando, e concretizando essas medidas que assumimos numo ou noutra situação não são tão objetivas, no sentido de dar resposta a essas necessidades. Em relação à constituição do Gabinete de Igualdade: Não é nossa intenção, pelo menos por agora, de contratar externamente ninguém. Com os recursos que dispomos na autarquia e com o conhecimento que temos de pessoas que há muitos anos estão envolvidos neste trabalho, acreditamos que podemos reorganizar a estrutura da câmara no sentido de integrar pessoas que se reveem e gostam deste trabalho e que, o fazem há muitos anos, o fazem com gosto acrescido muito para além daquilo que é a sua obrigação enquanto trabalhadores da câmara, porque é um trabalho pelo qual efetivamente têm gosto e possam juntar este trabalho a outras missões ou a outro trabalho que já

desempenham em outros gabinetes da câmara. Porque eu acredito que o grande desafio deste plano é envolver, com o máximo de paixão possível, as pessoas para darem resposta aquilo que lhes vai ser pedido. O que eu senti quando cheguei à autarquia é que as pessoas, quando são abordadas para trabalhar estas questões, olham para elas como - outra vez a mesma coisa; mais em email a pedir dados dos agregados. Efetivamente, quando trabalhamos as coisas com emoção e com intencionalidade emocional, nós fazemo-lo com outro gosto e com outra vontade. Portanto, para mim, o principal desafio à concretização deste plano, é envolver desta forma as pessoas na sua concretização. Porque é de facto ambicioso, envolve muito trabalho, mas também envolve muita vontade. Porque há coisa muito óbvias como a implementação da linguagem inclusiva. É muito fácil fazer um guião, mas, se as pessoas (desde o executivo até aos trabalhadores) não tiverem vontade e não se esforçarem para modificarem aquilo que é a nossa norma, a nossa forma de falar habitual, o nosso discurso normal, isso não vai acontecer. Portanto, se nós não envolvermos dessa forma as pessoas, nós não vamos conseguir que este plano tenha o resultado ambicioso que eu creio que ele inscreve. Nessa medida, para mim é esse o principal desafio. ===

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== A Senhora Vereadora respondeu às perguntas, mas permita-me dizer-lhe que não está em lado nenhum que tem de fazer parte deste Plano o testemunho do conselheiro. Mas também é de bom-tom que, quando tem dois conselheiros um interno e um externo, e a Senhora Vereadora sabe perfeitamente que em meia dúzia de minutos fazemos um texto e ainda para mais de alguém com conhecimento de causa como a Dr.ª Gracinda, não está escrito em lado nenhum, mas, também, seria de bom-tom incluir. Depois, responder ao senhor deputado Bruno Aragão: Eu terminei a minha intervenção dizendo que o Plano era ambicioso. Agora, pelo facto de o Plano ser ambicioso e nós concordarmos com muito do que está no Plano, a nossa atividade enquanto deputados municipais é fiscalizar, é ler, é estar atentos e detetar aquilo que entendemos que está a falhar porque não está ou poderia ser visto de outra maneira. E estamos a alertar para isso. Estamos a chamar à atenção para que, como é um plano aberto e é o princípio de um caminho que tem que ser feito, o executivo municipal tenha em atenção para junto das entidades competentes que vão acompanhar este Plano conseguir fazer esse caminho para levarmos este Plano a bom porto. É só isso que o PSD quer. A nossa política nesta questão é essa. O senhor deputado entendeu por bem fazer aqui um número teatral. Uma outra questão, Senhora Vereadora: Quando falamos nos três elementos: a Senhora Vereadora diz que, não vão contratar, tem elementos dentro da autarquia que o poderão fazer. Mas, vão ser elementos que irão decidir se querem participar ou não no Plano ou vão ser elementos que vão estar, de corpo e alma, o dia inteiro, de volta do que são estas matérias? [Da forma que disse: - Eu também gosto destas matérias e posso contribuir. Mas a questão é: da forma que diz: Fala no executivo. Quem quiser

contribuir - está disponível.] Agora, é preciso perceber se essas pessoas fazem parte ou não deste quadro de pessoal a tempo inteiro ou não. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Quem vê de fora vê aqui uma troca de galhardetes que, às vezes, não acrescenta muito ao desafio. Desde o princípio desta Assembleia, é uma coisa que eu tenho algum cuidado, esta é uma das expressões que são profundamente deselegantes. Cada um falará por si, o executivo já lhe disse que as coisas não se colocam nesses termos. E eu vou-lhe dizer também: Aqui não há encenações teatrais. Aqui há intervenções. Porque, se há coisa em que temos bastante cuidado é exatamente naquilo que dizemos. Mas há uma coisa que a senhora deputada pode fazer. É a melhor resposta que lhe posso dar. Quando chegar a casa reveja a sua primeira intervenção. Reveja a sua primeira intervenção, mas reveja-a com todo o cuidado tudo aquilo que disse. E mantenho exatamente o que afirmei anteriormente. Se discorda tão profundamente deste Plano, deste Plano ambicioso, se discorda, se acha que ele tem uma quantidade enorme de fragilidades, não tem que votar a favor. Por isso é que ele vem à votação. A democracia é isso mesmo, a gente vota o que entende. E por isso lhe digo que, modere, por favor, a forma como adjectiva as intervenções das outras pessoas. Porque se há coisa que nós não temos feito é exatamente isso, não adjectivamos as intervenções das outras pessoas. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à Senhora Vereadora **Inês Lamego**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Sempre nesta ótica de verdade e de assumir aquilo que são as nossas dificuldades, porque existem muitas no trabalho que nós fazemos diariamente, e todos nós trabalhamos muito, todos, todos os dias, eu queria dizer à senhora deputada que, eu nunca me sentirei confortável para pedir a alguém que escreva um contributo ou uma mensagem sobre um plano para o qual eu não tenho tempo de acomodar sugestões de alteração. Acreditará se quiser, senhora deputada. Esta é a verdade. E é isso que lhe estou a transmitir porque é essa a minha obrigação perante esta Assembleia. O documento com o timing que chegou da Faculdade e o tempo que não existia para que a Senhora Conselheira quisesse ainda fazer aditamentos a aquilo que era o plano ou novos contributos, esse tempo não existia porque o plano tinha obrigatoriamente que vir a esta Assembleia Municipal para cumprimento de prazos de candidatura que estão definidos, até para acompanhamento da sua implementação que tem de decorrer no mínimo 9 meses, não havia esse tempo. E eu não me senti confortável em pedir à professora Gracinda, que emitisse uma mensagem sobre um plano para o qual eu não podia aceitar sugestões de alteração, não havia tempo para isso nesse momento. Esta foi a razão de não ter sido solicitada essa mensagem. Não houve tempo

para o fazer. Em relação à fiscalização: Esta Assembleia tem essa obrigação de fiscalizar, em todos os momentos. Mas parece-me que naquilo que é o momento inicial de definição de um plano, de sublinhar, de identificar eventuais falhas, coisas menos boas que lá constem ou não estejam tão bem definidas, é naturalmente o vosso trabalho, não me parece que o trabalho de fiscalização se cinja sobretudo a este momento com essa determinação porque há de facto um plano que vai decorrer durante vários anos que deve, sim, a sua execução ser acompanhada e fiscalizada e no seu terminus seja feita essa avaliação e essa fiscalização do que correu bem, do que não correu bem, do que se alcançou ou do que não se alcançou. Não me parece que a fiscalização neste momento quando apresentamos um documento que, tendo naturalmente responsabilidade deste executivo porque foi quem o acompanhou, e nessa matéria eu assumo aquilo que são as minhas responsabilidades, é um documento que foi lavrado por uma Faculdade e por uma equipa técnica que tem competência, acreditamos, para o fazer. E, portanto, estarmos aqui a falar de fiscalização nesta altura a dizer que estamos a fiscalizar o trabalho de uma entidade que tem todas as credenciais para fazer um trabalho competente, não parece de todo que seja este o momento para usar essa expressão de forma tão acintosa. Permita-me só que discorde. E esclareço mais uma vez, em relação à constituição do gabinete da igualdade, os trabalhadores que se juntarão a quem já integra o gabinete são trabalhadores da autarquia que não terão obrigatoriamente de fazer desse trabalho o seu trabalho a tempo inteiro. Porque, acredito, não há essa necessidade. Porque o gabinete terá de ser o motor da promoção das iniciativas, terá que acompanhar, terá que monitorizar, terá que fazer junto da comunidade, do 3º setor, das empresas, essa sensibilização, esse encaminhamento do caminho que se quer fazer até onde se quer chegar. Mas não é esse gabinete que vai fazer todo o trabalho. Parece-me excessivo que existam três ou quatro gabinetes em exclusivo a trabalhar a igualdade. Creio que, é isto possível compatibilizar com outras tarefas, trabalhadores que gostam de trabalhar estas questões e que já o fizeram no passado possam fazê-lo a par de outras responsabilidades que tenham na autarquia. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Apenas cumprimentar a Senhora ex-vereadora Gracinda Leal. E, naturalmente dizer que: o trabalho que ela fez, enquanto responsável por esta área da Câmara Municipal, foi um trabalho que todos reconhecemos de qualidade. E é um trabalho que nós estamos a procurar continuar. Portanto, discutir um plano tão ambicioso, tão impactante para o tecido social e concentrarmos essa discussão numa mensagem da Conselheira Local para a Igualdade não me parece que seja o cerne da questão. Aquilo que eu gostaria só de reafirmar, como mensagem final, é que: aquilo que foi dito correspondeu exatamente à verdade. Eu acredito piamente nos meus vereadores. Sei como é que eles funcionam. O seu maior ativo é claramente a honestidade. E é isso que eu valorizo. Portanto, se a Senhora Conselheira para a Igualdade não tem aqui uma

mensagem, foi porque efetivamente foi isso que aconteceu. Para nós, como compreende, não é assim que se está na coisa pública, não é com esse tipo de questiúnculas, para nós o que é importante é que este documento produza os efeitos que todos desejamos. Tenho a certeza absoluta que a Senhora Conselheira para a Igualdade terá todo o interesse em que este documento, ambicioso, tecnicamente bem elaborado, competente, sirva os propósitos para o qual foi desenhado.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação tendo sido, aprovado, por maioria, com a seguinte votação: A favor: vinte e um (21) votos do PS, doze (12) votos do PSD, um (1) voto do CDS-PP, um (1) voto do B.E., um (1) voto do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; Contra: um (1) voto do CH.=

*===== **Ponto seis: - Funcionamento da Piscina Municipal de La-Salette - 2022 - Abertura, Horários, Taxas e Isenções (I/31381/2022) - Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
1. O funcionamento da Piscina Municipal de La Salette para a época balnear 2022, tem prevista abertura a 6 de junho e encerramento a 11 de setembro; 2. O horário de funcionamento é de Segunda-feira a Domingo: 1. de 6 a 19 de junho no período das 14h30 às 19h30; 2. de 20 de junho a 11 de setembro de 2.ª feira a domingo entre as 9h30 às 19h30. 3. Presentemente as atividades recreativas têm funções múltiplas nos campos da educação, da cultura, da vida social e da economia que vão desde o turismo, ao desenvolvimento económico, à melhoria das condições de vida das populações, da utilização sadia dos tempos livres de toda a população e à integração social dos jovens e minorias étnicas; 4. Os municípios dispõe de atribuições do domínio dos tempos livres e do desporto (artigo 23º. n.º 2 alínea f da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), tendo assumido as atividades recreativas como contributo para o progresso humano, individual e coletivo, colocando as ao serviço das populações; 5. É por todos reconhecido que as atividades recreativas são cada vez mais um fator de identidade cultural, promotor de desenvolvimento económico e um vetor importante na formação de gerações, desempenhando cada vez mais uma função dupla, a que não podem ser indiferentes as autarquias locais. Além do que, a dinamização de atividades recreativas é hoje um meio eficaz para atingir condições de bem-estar físico e mental, absolutamente necessárias para o equilíbrio da sociedade atual, contribuindo também para estabelecer relações de proximidade e um maior contacto com a natureza; 6. A intervenção das autarquias é determinante, quando assumem e integram as atividades recreativas e de lazer no conjunto das suas políticas municipais, as quais ultrapassam em muito as suas atribuições e competências; 7. De acordo com artigo 6.º, n.º 1 e n.º 3 alínea a) e b) do RMTLORM, poderão ser isentas totalmente, as taxas previstas no regulamento e tabela, por deliberação do órgão

executivo, pessoas coletivas de utilidade pública administrativa ou de mera utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social e entidades a estas equiparadas, as associações desportivas e as Juntas de Freguesia do município de Oliveira de Azeméis, desde que promovam atividades/eventos inseridos na realização e escopo do seu objeto social; 8. De acordo com o artigo 7.º n.º 5 do TMTLORM, poderão ser isentas parcialmente até ao limite de 50% (n.º 1), as taxas previstas no regulamento e tabela, por deliberação do órgão executivo, situações em que o município pretenda efetuar campanha que incentive os munícipes a usufruir dos seus serviços e espaços de lazer; 9. Que se encontra em elaboração o estudo económico e financeiro em curso relativo a implementação de novas taxas municipais a aplicar nos diversos equipamentos desportivos e de lazer; 10. A Piscina Municipal de La Salette é um equipamento social que se encontra ao dispor da população, designadamente dos estratos etários inferiores, de modo a garantir a ocupação dos tempos livres, correspondente ao período não letivo, de forma saudável, incentivando o convívio salutar entre os jovens e simultaneamente a prática desportiva; Propõe-se: - Dar continuidade à aplicação das taxas municipais, as quais foram aprovadas nos termos e para os efeitos do art.º 23, n.º 2 alínea f) da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e art.º 7.º do RMTLORM, com aplicação de isenção parcial, considerando a respetiva adaptação ajustada aos períodos de funcionamento, da seguinte forma:

<i>Taxas a aplicar em 2022</i>		
<i>Faixa etária</i>	<i>Período</i>	<i>Valor</i>
<i>Dos 0 aos 5 anos</i>		<i>Isento</i>
<i>Dos 6 aos 17 anos</i>	<i>Manhã ou tarde</i>	<i>1,50€</i>
	<i>Dia completo</i>	<i>2,50€</i>
<i>A partir dos 18 anos</i>	<i>Manhã ou tarde</i>	<i>2,00€</i>
	<i>Dia completo</i>	<i>3,50€</i>

Isenção total das taxas da Piscina de La Salette, nos seguintes termos: - Duas entradas por grupo, por semana, no período da manhã, (9h30 às 14h), às IPSS'S ou equiparados e estabelecimentos do ensino público, Associações Desportivas e Juntas de Freguesia, para dinamização de atividades de férias desportivas para componente de apoio à família e ATL, com agendamento prévio obrigatório, de forma a salvaguardar a lotação máxima instantânea do equipamento municipal. - Elementos da Guarda Nacional Republicana (GNR), devidamente identificados, sujeito a disponibilidade existente no equipamento municipal, de acordo com lotação máxima definida. - Elementos das Corporações dos Bombeiros Voluntários de acordo com o Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Oliveira de Azeméis, em vigor, devidamente identificados, sujeito a disponibilidade existente no equipamento municipal, de acordo com lotação máxima definida. - No dia 12 de agosto de 2022, no âmbito da comemoração do Dia Mundial da Juventude, os utentes com menos de 29 anos (inclusive). - Os Portadores do Cartão Sénior - "Azeméis é Social"=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto é claro. Vou aproveitar para publicitar o horário de funcionamento da piscina. Estamos a falar do período de 06 de junho a 11 de setembro, será esse o período em que a Piscina da La-Salette estará em funcionamento. Horário será de segunda-feira a domingo: das 9h:30m às 19h:30m. Os preços: Crianças até aos 5 anos, não pagam; Os Jovens entre os 5 e os 17 anos pagam 1,50€ de manhã ou tarde e 2,50€ pelo dia completo; A partir dos 18 anos, 2,00€ de manhã ou tarde e 3,50€ o dia completo. Há também um conjunto de isenções totais para os elementos da GNR, para os Bombeiros, para os portadores do Cartão Sénior “Azeméis é Social”. E também no dia 12 de agosto, dia em que se comemora o Dia Mundial da Juventude, os utentes com menos de 29 anos, não pagam. Dar também nota que as IPSS, Juntas de Freguesia, Coletividades Desportivas têm duas entradas, por semana, e por grupo, das 9h30m às 14h, para dinamização de atividades relacionadas com as férias desportivas.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto sete: - Regulamento de funcionamento, cedência e utilização da Sala Polivalente e Áreas Exteriores da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro (I/27190/2022) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. Em 20 de fevereiro de 2020 foi aprovado por unanimidade o início do procedimento de criação do “Regulamento de Funcionamento, Cedência e Utilização da Sala Polivalente e Áreas Exteriores da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro”, em reunião do órgão executivo; 2. Em 11 de março de 2020 foi publicitado por edital n.º 1400 no Boletim Municipal Digital o início do procedimento; 3. Não se verificou constituição de interessados nem quaisquer contributos relevantes para a elaboração do projeto de regulamento apresentado; 4. O relatório de fundamentação económico-financeira elaborado em 31 de agosto de 2020; Propõe-se: 1. A aprovação do projeto de “Regulamento de Funcionamento, Cedência e Utilização da Sala Polivalente e Áreas Exteriores da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro” nos termos e para os efeitos do art. 33.º, n.º 1, alínea k), da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; 2. A remessa do mesmo para aprovação pela Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos do art. 25.º, n.º 1, alínea g), da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; 3. Uma vez aprovado, a remessa do regulamento para publicação em Diário da República, nos termos e para*

os efeitos do art. 139.º do CPA, assim como no sítio web institucional do Município de Oliveira de Azeméis; 4. Finalmente, a integração das taxas previstas (Anexo I do regulamento em apreço) no Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças e outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, permitindo a sua atualização nos termos das normas previstas.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Em reunião de Câmara, em fevereiro de 2020, aprovamos o início do procedimento para a criação deste Regulamento. Foi publicado em Boletim Municipal digital. E agora estamos a aprovar aqui o Regulamento para ser publicado em diário da República. Não foram constituídos interessados. E estamos a submeter à vossa consideração essa a provação. Estamos a regular o funcionamento e a cedência da utilização da Sala Polivalente e áreas exteriores da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto oito: - Contratos Interadministrativos a celebrar com as Freguesias/União de Freguesias do Município - Ano Letivo 2022/2023 (I/38565/2022) - Aprovação de minuta; ==**

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; - O Município, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio da Educação e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias em matéria de ação social escolar, designadamente alimentação e atividades de animação e de apoio à família, conforme estabelecido na alínea e hh) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, bem como no Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março, Despacho nº 18987/2009, de 17 de agosto, do Ministério da Educação e suas posteriores alterações e do Despacho nº 9265-B/2013, de 15 de julho, igualmente do Ministério da Educação; - Este Município celebrou com a Direção Regional de Educação do Norte e o Centro Regional de Segurança Social do Centro acordos de cooperação no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, cujo objetivo é a prestação de serviços vocacionados para o atendimento à criança, atividades educativas e atividades de

apoio à família, de acordo com a Lei n.º 5/97, de 10/02 e o D.L. n.º 147/97, de 11/06; - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais; - De acordo com os estudos promovidos pelo Município (em anexo), nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as competências no domínio do desenvolvimento das atividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar bem como à gestão em refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo ficam melhor acauteladas se delegadas nesta freguesia, em virtude de se encontrarem mais perto das populações e, por isso, melhor conhecedoras das necessidades destas; - A concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal; - O município tem em curso um estudo global de transferência de competências e, por isso, as áreas objeto do presente contrato irão integrar o futuro contrato de delegação de competências que abrangerá um conjunto mais vasto de matérias, pelo que entendeu fixar a este contrato o prazo de um ano, assim fundamentando a exceção ao período de vigência previsto no art.º 129º da referida Lei n.º 75/2013; - O teor do Parecer Jurídico da Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e Contencioso de - I/65611/2014 e I/65613/2014; - Que a CAF é implementada por autarquias, associações de pais, instituições particulares de solidariedade social ou por outras entidades que promovam este tipo de resposta social, mediante acordo com os Agrupamentos de Escolas ou Escolas não agrupadas; - Que os poderes públicos, no âmbito das suas competências em matéria de políticas de incentivo à economia local, devem, designadamente: assegurar o princípio da cooperação; - Os encargos resultantes dos Protocolos estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível identificado no quadro excel (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo em anexo, a celebrar com as Freguesias/União de Freguesias deste município, nos termos e condições ali estabelecidas; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *É a tradicional minuta de contrato com as Freguesias e Uniões de Freguesias para o ano letivo 2022/2023, visa assegurar os recursos humanos necessários ao acompanhamento e vigilância das crianças no período de almoço e prolongamento de horário, antes e após o início das atividades letivas, para a educação pré-escolar e, também, a distribuição de refeições e acompanhamento e vigilância dos alunos no período do 1º Ciclo.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto nove: - Minuta de Protocolo de Cooperação a celebrar com as IPSS's, Refeições/ AAAF - ano letivo 2022/2023 (I/38525/2022) - Aprovação de minuta;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições estabelecidas às Autarquias Locais em matéria de educação e ação social escolar; - O estabelecido no Decreto-Lei nº 399-A/84 de 28 de Dezembro, bem como o Programa de Generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, o qual obriga a uma permanência prolongada dos alunos nos estabelecimentos de ensino; - O estabelecido no Despacho 9265B/2013, de 15 /07; - Que as instituições estando melhor colocadas junto dos estabelecimentos escolares concretizam e asseguram o princípio da subsidiariedade criando condições de prosseguir com melhor eficácia a satisfação das necessidades da população estudantil; - Que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), são instituições constituídas sem fins lucrativos, por iniciativa privada, e têm por objetivo essencial facultar respostas de ação social, através da concessão de bens e da prestação de serviços, nomeadamente apoio a crianças, jovens e famílias (Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro); - Que as IPSS integram a economia social (art.º 4º da Lei n.º 30/2013, de 8 de maio); - A experiência, missão, competências e capacidade já instalada nestas instituições, designadamente em termos materiais, humanos e de equipamentos e a possibilidade de, em cooperação/colaboração com o Município, se proceder ao desenvolvimento das atividades complementares à ação educativa; - Que as IPSS têm acordos celebrados protocolos com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro) e com o Ministério da Educação (Direção Regional de Serviços do Norte) para o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, que inclui atividades educativas e atividades de apoio à família: refeições e prolongamentos com atividades de animação socioeducativa; - Que os poderes públicos, no âmbito das suas competências em matéria de políticas de incentivo à economia local, devem, designadamente: assegurar o princípio da cooperação, considerando nomeadamente, no planeamento e desenvolvimento dos sistemas sociais públicos, a capacidade instalada material,*

humana e económica das entidades da economia social, bem como os seus níveis de competência técnica e de inserção no tecido económico e social do país; aprofundar o diálogo entre os organismos públicos e os representantes da economia social promovendo a disseminação de boas práticas (art.º9º do diploma); - Que no desenvolvimento das suas atividades, as entidades da economia social devem assegurar os necessários níveis de qualidade, segurança e transparência (art.º 8º do mesmo diploma); - Que esta parceria/cooperação e o apoio que a mesma integra estão excluídos da aplicação do CCP, por força do disposto no Artigo 6.º-A do mesmo Código, por enquadramento (atualizado) do anexo VII do Regulamento (CE) nº 213/2008 com a categoria 25 respeitante a serviços de saúde e de carácter social, referência CPC 93 e código de referência do CPV nº 85300000-2 - Serviços de ação social e serviços conexos, na medida em que a CAF e respetivas atividades são consideradas Ação Social Escolar; - O parecer jurídico da Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e Contencioso de 27/08/2014 - I/65163/2014; - A informação jurídica da Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e Contencioso de 15/06/2018; - Os encargos resultantes dos Protocolos estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível identificado no quadro excel (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; Propõe-se: - Ao abrigo das alíneas o) e u) n.º1, art.º 33º, Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, sejam aprovadas as minutas do Protocolo de Cooperação (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) a celebrar com a IPSS; - Que têm por objeto definir os termos e condições da cooperação institucional, com vista à colaboração, para fornecimento de refeições aos alunos das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico/Pré-Escolar e respetivo acompanhamento, nas suas instalações, contemplando o transporte caso assim se verifique, ou outras que se verifiquem ser necessárias; - Ao abrigo do art.º 290-A do CCP, designar como gestor do protocolo, o trabalhador n.º 982, Nuno Miguel da Silva Tavares; - Que as mesmas sejam submetidas à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Estamos a falar de um contrato interadministrativo com as IPSS para o fornecimento de refeições para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico. Estamos a falar de uma verba de 422.707,10€ (quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e sete euros e dez cêntimos), sendo: 114.588,30€ (cento e catorze mil, quinhentos e oitenta e oito euros e trinta cêntimos), para o ano económico de 2022 e 308.118,80€ (trezentos e oito mil, cento e dezoito euros e oitenta cêntimos), para o ano económico de 2023. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Maritza Valente. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Maritza Valente**, do PSD.* =====

===== *Excelentíssimo Senhor Presidente, neste ponto nove gostaria de fazer algumas reflexões em nome da minha bancada e antecipar que a bancada do PSD votará favoravelmente este ponto. O fornecimento de refeições no município de Oliveira de Azeméis está a ser fornecido por algumas das nossas IPSS e por empresas. No âmbito do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º Ciclo do ensino básico, protocoladas com as IPSS, cumpre-nos corroborar com aquilo que é dito no parecer técnico e que importa reforçar “as IPSS do Município detêm a experiência, missão, competências e capacidade instalada” e têm também capacidade instalada em termos técnicos, humanos e matérias, bem como equipamentos e a disponibilidade de cooperar com o município. Apesar do custo aparentemente mais caro, todos sabemos e reconhecemos a qualidade dos produtos e a qualidade nutricional das refeições fornecidas por estas entidades em contraponto com as fornecidas pelas empresas. Por tudo isto impõem-se perguntar o seguinte: Porque não alargar este protocolo e universalizá-lo? Entendemos que todos sairiam a ganhar com o alargamento desta resposta, começando pelas crianças que teriam acesso a comida com um maior valor nutricional, (algumas delas, infelizmente, a única do dia), fomentar-se-ia a economia local e social ajudando as IPSS, uma vez que algumas ainda dispõem de capacidade de resposta para aumentarem o número de refeições fornecidas. Para concluir, dizer que a autarquia poderá pagar mais com esta opção, mas: - os nossos alunos sairiam a ganhar na qualidade nutricional das refeições; - as nossas IPSS sairiam a ganhar porque tinham capacidade técnica e humana instalada para produzir as refeições. E, o município com este gesto também iria ganhar, pois contribuiria para a sustentabilidade económica e financeira das instituições particulares de solidariedade social do município de Oliveira de Azeméis, entidades fundamentais no apoio aos mais vulneráveis do nosso concelho.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior.* =====

===== *Registar a proposta apresentada. Estamos aqui a falar de 13 IPSS., sendo que, uma delas consome praticamente metade destes 422 mil euros. É preciso perceber que essas IPSS têm também respostas internas para assegurar e eu não sei se essas IPSS têm essa capacidade toda que refere para continuar Estamos a falar de uma enormidade. Eu não sei quantas refeições nós fornecemos no concelho, sinceramente, talvez 600 mil ou mais. Portanto, é muito difícil nós estarmos suportados apenas nas IPSS. As IPSS têm também os problemas que nós temos, que são: as questões dos recursos humanos e a dificuldade que têm em contratar cozinheiras A informação que vamos obtendo é a dificuldade que existe até nas escolas que têm cozinha própria em assegurar refeições. Há muita dificuldade em termos os recursos humanos para isso. Mas é*

um caminho que se pode analisar, que se pode perceber se existem condições, mas parece-me que é tremendamente complexo. Mas fica a sugestão e procuraremos estudá-la. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto dez:** - **Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo - construção de passeios na Rua Terras de Santa Maria (I/28252/2022) - Autorização;**=====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, com as subsequentes alterações, prevê a concretização da delegação de competência dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias, através da celebração de contratos interadministrativos, nos termos do disposto no artigo 120.º do Anexo I do referido diploma legal, sob pena de nulidade, podendo efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais; - Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação face aos novos desafios e exigência com que são confrontadas, promovendo desta forma, a desconcentração administrativa consagrada no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa; - As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos, nos termos do número 2 do artigo 117.º e do artigo 131.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013; - A concretização da delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, de modo a promover a coesão territorial, o reforço da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; - A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos; -Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesias e constitui dever do Município, assegurar o controlo, acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, avaliando, de forma continuada, o modo como as competências delegadas são exercidas pelas Juntas de Freguesia, fiscalizando, emitindo diretivas e orientações ou, ainda, através do envio, por parte desta, de informação escrita descritiva e quantitativa, em tempo útil ao município; - Para uma atuação autárquica conjunta, em que estejam presentes o respeito pela autonomia, a cooperação, a solidariedade e a corresponsabilidade, é fundamental que os diferentes órgãos autárquicos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis

no sentido de melhor responderem aos problemas existentes, tendo os eleitos das freguesias, dada a sua proximidade às populações e a sua ligação às comunidades, uma capacidade acrescida para a resolução de alguns problemas e necessidades locais; - A União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, enquanto entidade autárquica mais próxima das populações, manifestou junto do Município a necessidade de construção de passeios na Rua Terras de Santa Maria, conforme pedido E/11392/2022; - É do interesse da autarquia a colocação de passeios de forma a garantir a segurança de pessoas e bens numa artéria muito movimentada dotando o espaço público com condições de qualidade; O estudo de demonstração (nota justificativa documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), dos requisitos previstos no artº 115º, nº 3, por remissão do artº 122º, nº 1, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, considera que: - Face ao volume de empreitadas em curso no Município, não existe capacidade instalada e de resposta dos serviços técnicos do Município em concretizar tais empreitadas, fruto do elevado volume de obras em curso, agravado pela pandemia que originou um elevado volume de baixas médicas e ausências prolongadas para apoio à família, não tendo sido ainda possível recuperar dos atrasos em vários processos; - A União de Freguesias está disponível e reúne as condições para executar tais intervenções em conjugação de esforços e de cooperação com a Câmara Municipal; - Está previsto no PPI/GOP número 67/2018 - Construção, Beneficiação e Conservação de Rotundas, Passeios e Baías de Estacionamento; - Trata-se de contratação excluída, ao abrigo dos artigos 5º, nº 1 e 2, e 5.º-B, do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e sucessivas alterações; - A designação do Dr. Fernando Cunha, como Gestor do presente do Contrato, para efeitos do artigo 290.º A, do CCP; Assim, Ao abrigo dos fundamentos e normas retrocitadas, e nos termos dos artº 2º, 4º, 9º, nº 1, alínea g), 16º, nº 1, alínea i), 25º, nº 1, alíneas k) e l), 33º, nº 1, alínea m), artºs 115º a 123º, e 131º do anexo I, da Lei nº 75/2013 e sucessivas alterações, conjugado com os artºs 5º, 200º, 201º do CPA, e ainda os artºs, 1º-A, 278º, 280º, nºs 1, 2, e 4, e 338º, do Código Contratos Públicos. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), construção de passeios na Rua Terras de Santa Maria, com o compromisso de fundo disponível nº 979 de 2022, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; e, - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== É um apoio de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), para a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, para apoio na construção de passeios na Rua Terras de Santa Maria.=

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto onze: - Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesia de Nogueira do Cravo e Pindelo - obras de requalificação do parque infantil de Pindelo (I/28260/2022) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O pedido da União das Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (E/11392/2022), a solicitar apoio financeiro para obras de requalificação do parque infantil de Pindelo, no valor total de 1.349,30€; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação do Dr. Fernando Cunha, como Gestor do Contrato; - Ao abrigo dos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), e), e m) do n.º 2 do art.º 23º; alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I, da citada Lei n.º 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, n.º 1, alínea c) do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro à realização de obras de requalificação do parque infantil de Pindelo, a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo / Pindelo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível n.º 978 de 2022, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== *É um apoio para a União de Freguesias Nogueira do Cravo e Pindelo, estamos a falar de 1.349,30€ (mil trezentos e quarenta e nove euros e trinta cêntimos), para apoio às obras de requalificação do parque Infantil de Pindelo.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto doze: - Reconhecimento de interesse público municipal, no âmbito e para os efeitos disposto no Art.º 25º do Decreto-Lei nº 73/2009 de 31 de março - diploma que estabelece o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, com as alterações do Decreto-Lei nº 199/2015 de 16 de setembro - Codil - Costa & Dias, Lda. (I/38082/2022) - Aprovação;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de reconhecimento público municipal para a instalação do futuro Parque de Painéis Fotovoltaicos, na freguesia de Fajões, por parte da que a CODIL - Costa & Dias, Lda., com vista à formalização de um pedido de classificação de solo junto da RAN, - (PI/3400/2022 - processo relacionado); - A memória descritiva fundamentada do especial interesse social e económico do projeto de investimento apresentada pela que a CODIL - Costa & Dias, Lda. (E/15020/2022 e E/17402/2022); - O parecer técnico registado sob o I/32831/2022 que enquadra e fundamenta o pedido de reconhecimento e que se anexa à presente proposta; considerando, ainda: - Que, no âmbito das suas atribuições, compete à Câmara Municipal, no que respeita ao planeamento e desenvolvimento económico, promover e apoiar projetos de investimento com impacto positivo no e para o Município, reconhecendo-os, por isso, como Projetos de Interesse Municipal. Proponho: - que seja aprovado pelo executivo municipal remeter à Assembleia Municipal para deliberação, o pedido de reconhecimento do interesse público municipal do projeto de instalação de um Parque de Painéis Fotovoltaicos da CODIL - Costa & Dias, Lda.”* =====

===== ***O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*** =====

===== *Esta empresa está-nos a pedir o reconhecimento de interesse público municipal, para a instalação de um parque de painéis solares fotovoltaicos com potência de 360kWn. 200.000,00€ (duzentos mil euros) de investimento. Fornecem alguns dados do local onde querem instalar este parque, é num terreno de 1648 m2 que está classificado como Reserva Agrícola nacional, e a permissão de instalação destes equipamentos carece deste reconhecimento e*

interesse público municipal. Esta empresa Codil Costa & Dias, Lda é uma empresa sediada em Fajões, fatura cerca de 10 milhões de euros e tem 117 pessoas ao serviço. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto treze: - Aquisição de serviços de auditoria externa e certificação legal de contas municipais (Processo n.º 44/22) - Adjudicação (I/33939/2022) - Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Presente o Relatório Final, de 25 de maio de 2022, do Júri do Procedimento relativo à Consulta Prévia para “aquisição de serviços de auditoria externa e certificação legal de contas municipais” - Processo n.º 44/22, observa-se o seguinte: Após cumprimento da fase de audiência prévia dos concorrentes, prevista no artigo 123º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), não foram apresentadas observações, por parte dos concorrentes, ao Relatório Preliminar, de 19 de maio de 2022, mantendo-se assim a proposta de adjudicação ao concorrente Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., por ser aquele que apresenta a proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator, conforme determina a análise elaborada pelo Júri às propostas, de acordo com o estabelecido no ponto 9 do Convite à apresentação da proposta. Assim, com base nos referidos Relatórios, propõe-se: 1. Que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 1, do artigo 77º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e posteriores alterações, submeta à Assembleia Municipal para efeitos de adjudicação do procedimento mencionado em epígrafe ao concorrente Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., pelo valor global de 17.640,00€ (dezassete mil, seiscentos e quarenta euros) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. 2. Que se proceda ao compromisso da despesa e à correção da verba cabimentada; 3. A solicitação, nos termos do exigido no n.º 2, do artigo 77º, do CCP, dos documentos de habilitação referidos no n.º 1, do artigo 81º, do já citado diploma legal, o documento comprovativo da inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas do responsável designado, e, se aplicável, os previstos na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, devendo os mesmos ser apresentados na plataforma eletrónica (www.acingov.pt), num prazo de 5 (cinco) dias. 4. A celebração de contrato escrito por, conforme o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 95º, do CCP, o preço contratual exceder o montante de 10.000,00€ (dez mil euros) e ainda por não estarem reunidas outras condições que permitam a sua dispensa, de acordo com a minuta do contrato em anexo, conforme previsto no n.º 2, do artigo 98º, do já citado diploma legal, devendo a mesma ser enviada ao adjudicatário para pronúncia. 5. A publicitação, nos termos do artigo 127.º, do C.C.P., da celebração do contrato no

Portal da Internet dedicado aos contratos públicos. 6. Que se notifiquem os concorrentes. Junta-se para conhecimento e anuência, o Convite, o Caderno de Encargos, a proposta, os Relatórios Preliminar e Final, (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), encontrando-se os restantes elementos apensos ao processo.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *A câmara tem a obrigação de certificar legalmente as suas contas e para isso precisa dos serviços do Revisor Oficial de Contas. Estamos aqui a pedir autorização para fazer esta contratação pelo período de 3 anos com o valor de 17.640,00€ (dezassete mil, seiscentos e quarenta euros) mais IVA.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto catorze: - Aquisição de serviços de transportes escolares em carreiras públicas para ano letivo 2022-2023 (Processo n.º 56/22 - PI/3765/2022) - Repartição de encargos em mais do que um ano económico (I/37043/2022) - Autorização.** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que tendo por base a RQI n.º 2450, se torna necessário assegurar a prestação de serviços de transportes escolares em carreiras públicas, para o ano letivo 2022/2023, com início a 1 de setembro de 2022 e término a 31 de julho de 2023; - Que, nos termos das alíneas c) e d), do n.º 2, do artigo 23º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos transportes e comunicações, bem como na educação; - Que, nos termos da alínea gg), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, compete à Câmara Municipal assegurar, organizar e gerir os transportes escolares; - Que, nos termos do artigo 21º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e posteriores alterações, em cada município deverá ser elaborado um plano de transporte escolar, conjugando e complementando a rede de transportes públicos e os planos de transportes aprovados para a região, de acordo com a procura efetivamente verificada em cada ano letivo; - Que nos termos da Lei n.º 52/2015 de 9 de junho, foi celebrado a 1 de abril de 2016 um “Contrato interadministrativo de delegação de competências” (aprovado pelo Órgãos Executivo e Deliberativo, a 19 e 26 de novembro de 2015, respetivamente), no qual o Município de Oliveira de Azeméis delega na Área Metropolitana do Porto (AMP) as competências relacionadas com o*

sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros; - Que o contrato que visa assegurar a referida necessidade, cujo procedimento foi lançado pela AMP, ainda não se encontra em execução; - Que compete à AMP indicar os operadores autorizados nos percursos objeto do presente procedimento, nos termos do previsto referido contrato interadministrativo de delegação de competências. - Que o plano de transporte escolar já se encontra organizado (I/37021/2022) - Que o n.º de viagens previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, será controlado através da requisição mensal de viagens ou validação dos cartões feita anualmente à empresa transportadora, pela Câmara Municipal. - Que o valor global estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de 211.490,59€ (duzentos e onze mil, quatrocentos e noventa euros e cinquenta e nove cêntimos), prevendo-se que a verba seja distribuída do seguinte modo: para o ano de 2022 (setembro a dezembro) prevê-se uma verba de 75.471,70€ (setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e um euros e setenta cêntimos) e para o ano 2023 (janeiro a julho) prevê-se uma verba de 136.018,89€ (cento e trinta e seis mil e dezoito euros e oitenta e nove cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; - O valor referente ao ano 2022 encontra-se cabimentado na rubrica 02021001, pela Proposta de Cabimento n.º 1005 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1924/22 e 62/23. - Que a autorização prévia para este compromisso plurianual encontra-se assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 6 de dezembro de 2021, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais - Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) para 2022, encontrando-se previsto no Plano de Atividades mais Relevantes 2022, encontrando-se previsto na rubrica 02021001 - Transportes da Câmara Municipal, cujo valor máximo para 2023 é de 401.000,00€. - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP conjugado com o artigo 23º e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, verifica-se a existência de apenas um único operador autorizado pela entidade competente - AMP - Caima Transportes, S.A., pelo que se propõe a adoção de um ajuste direto em regime geral, ao abrigo do disposto na subalínea ii), da alínea e), do número 1, do artigo 24º, do CCP, por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual; Perante o exposto, propõe-se que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico,

de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Temos que autorizar aqui a distribuição em mais do que um ano económico deste valor de 211.490,59€ (duzentos e onze mil, quatrocentos e noventa euros e cinquenta e nove cêntimos), para a aquisição de serviços de transportes escolares em carreiras regulares. Estamos a falar de 75.471,70€ (setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e um euros e setenta cêntimos) para o ano de 2022 (setembro a dezembro) e 136.018,89€ (cento e trinta e seis mil e dezoito euros e oitenta e nove cêntimos) para o ano 2023 (janeiro a julho). Estes valores estão sujeitos a IVA. Este plano foi aprovado no Conselho Municipal da Educação. Portanto, corresponde às necessidades que nos foram manifestadas pelas Direções dos Agrupamentos. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. =====

*== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==*

===== Aberto o pedido de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

*===== Antes de terminar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar a Sessão o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse: ==*

===== Desejo a todos boas férias. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 20 horas e 55 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa. ==